

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

DÉBORA MENDES PIZZIO

TORTO ARADO: um romance territorial

Porto Alegre

2022

DÉBORA MENDES PIZZIO

TORTO ARADO: um romance territorial

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Adriana Dorfman

Porto Alegre

2022

CIP - Catalogação na Publicação

Pizzio, Débora Mendes
Torto Arado: um romance territorial / Débora Mendes
Pizzio. -- 2022.
77 f.
Orientadora: Adriana Dorfman.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Geociências, Bacharelado em Geografia, Porto
Alegre, BR-RS, 2022.

1. Geografia. 2. Literatura. 3. Território. 4.
Quilombolas. 5. Torto Arado. I. Dorfman, Adriana,
orient. II. Título.

DÉBORA MENDES PIZZIO

TORTO ARADO: um romance territorial

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Conceito Final: A

Aprovada em 13 de maio de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Adriana Dorfman – UFRGS (Orientadora)

Prof. Dra. Claudia Luísa Zeferino Pires – UFRGS

Prof. Dra. Aline de Lima Rodrigues – UFRGS CLN

Aos meus avós (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, por sempre estarem presentes.

Mãe, por tudo que você fez por mim até hoje e pai, por sempre sonhar junto comigo.

À minha família, que dividiu os melhores e piores momentos.

Aos meus amigos, por serem quem são e por tornarem tudo mais leve.

Aos meus colegas da Geografia 2016/1, vou guardar para sempre os momentos das aulas, das idas ao RU e das saídas de campo.

Às meninas do clube do livro, que mesmo longe fazem parte do meu dia a dia.

À minha orientadora, por todos esses anos compartilhando Geografia e por sempre estar disponível.

A real razão continua inescrutável - a leitura nos dá prazer. É um prazer complexo e um prazer difícil; varia de época para época e de livro para livro. Mas ele é suficiente. Na verdade, o prazer é tão grande que não se pode ter dúvidas de que sem ele o mundo seria um lugar muito diferente e muito inferior ao que é. Ler mudou, muda e continuará mudando o mundo.

Virginia Woolf

RESUMO

Na convergência entre Literatura e pesquisa geográfica, o objetivo deste trabalho foi analisar como o território é abordado no livro *Torto Arado* (2019), do autor e geógrafo Itamar Vieira Junior. O método utilizado foi a pesquisa bibliográfica, utilizando bases de dados e obras relacionadas à temática de Geografia e literatura e aos conceitos de território, territorialidade, território negro e território quilombola. Para coleta e análise de dados foi utilizada a Análise de Conteúdo (Bardin, 1977), empregando as categorias *casa, morte, religião e quilombolas*. A vista disso, foi possível analisar como o território é abordado no livro, a partir das casas que só poderiam ser de barro e não de alvenaria, da proibição de enterrar os mortos no cemitério da Viração, das práticas religiosas de jarê e do resgate da ancestralidade e identidade quilombola na reta final da obra. Como conclusão, vemos que o conceito de território é central em *Torto Arado*, essa centralidade permite afirmar que, mais que um romance regional ou histórico, trata-se de um romance territorial.

Palavras-Chaves: Geografia; Literatura; Território; Quilombolas; *Torto Arado*.

ABSTRACT

In the convergence between Literature and geographical research, the objective of this work was to analyze how territory is addressed in the book *Torto Arado* (2019), by author and geographer Itamar Vieira Junior. The method used was bibliographic research, using databases and works related to the theme of Geography and literature and the concepts of territory, territoriality, black territory and quilombola territory. For data collection and analysis we used Content Analysis (Bardin, 1977), employing the categories home, death, religion, and quilombolas. In view of this, it was possible to analyze how territory is approached in the book, starting with the houses that could only be made of clay and not of masonry, the prohibition of burying the dead at the Viração cemetery, the jarê religious practices, and the rescue of the quilombola ancestry and identity in the final stretch of the work. As a conclusion, we see that the concept of territory is central in *Torto Arado* and this centrality allows us to affirm that, more than a regional or historical novel, it is a territorial novel.

Key words: Geography; Literature; Territory; Quilombolas; *Torto Arado*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Terras Quilombolas no Brasil.....	34
Figura 2 - Capa do Livro Torto Arado.....	39
Figura 3 - Fotografia que inspirou a capa de Torto Arado.....	40
Figura 4 - O autor Itamar Vieira Junior.....	45
Figura 5 - Localização de Luna no município de Lençóis.....	46
Figura 6 - Tocadores de atabaques: Exposição As cores do Sagrado pelo pintor Carybé.....	63

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Abordagens pós-1990 de Geografia e literatura em trabalhos brasileiros.....	18
Quadro 2 - As abordagens conceituais de território em três vertentes básicas.....	29
Quadro 3 - Trabalhos sobre a obra Torto Arado do escritor Itamar Vieira Jr.....	48
Quadro 4 - Trechos de Torto Arado da categoria Casa.....	55
Quadro 5 - Trechos de Torto Arado da categoria Morte.....	58
Quadro 6 - Trechos de Torto Arado da categoria Religião.....	60
Quadro 7 - Trechos de Torto Arado da categoria Quilombolas.....	64
Quadro 8 - Comparação Artigo 2º do Decreto nº 4.887/2003 e Torto Arado.....	67

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

BDTD - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte

SindPFA - Sindicato Nacional dos Peritos Federais Agrários

UFBA - Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 PESQUISAS EM GEOGRAFIA E LITERATURA	16
2.1 GEOGRAFIA E LITERATURA	16
2.2 ABORDAGENS PÓS-1990	18
3 TERRITÓRIO E TERRITÓRIO NEGRO	27
3.1 TERRITÓRIO	27
3.1.1 Território Negro	30
3.1.1.1 Território Quilombola	32
3.1.2 Territorialidade	35
4 METODOLOGIA	37
5 A OBRA, O AUTOR E A FORTUNA CRÍTICA DE TORTO ARADO	39
5.1 A OBRA.....	40
5.2 O AUTOR.....	44
5.3 A FORTUNA CRÍTICA DE TORTO ARADO	47
5.4 A GEOGRAFIA E A LITERATURA DA OBRA.....	53
6 AS CATEGORIAS DE TERRITÓRIO EM TORTO ARADO	55
6.1 CASA.....	55
6.2 MORTE	58
6.3 RELIGIÃO	60
6.4 QUILOMBOLAS	64
7 CONCLUSÃO	70
REFERÊNCIAS	71

1 INTRODUÇÃO

A análise literária é uma forma de investigação geográfica, visto que as obras retratam “os estilos de vida, as características socioculturais, econômicas e históricas e os diferentes meios físicos de determinada área” (OLANDA; ALMEIDA, 2008, p. 8). À vista disso, o presente trabalho tem como foco analisar as concepções de território presentes no livro *Torto Arado* (2019), de Itamar Vieira Jr. Essa pesquisa justifica-se pelo território ser um dos principais conceitos da Geografia, em suas várias abordagens e concepções. Por isso, aprofundar esse conceito é uma oportunidade para repensar a Geografia e contribuir no debate teórico-conceitual. Além disso, este trabalho traz uma discussão de *Torto Arado*, a partir da Análise de Conteúdo e como a temática Geografia e Literatura não tem, ainda, um consenso sobre as linhas de abordagem, a metodologia utilizada para essa pesquisa pode ajudar os futuros estudantes que se aventurarem nessa temática.

Ademais, *Torto Arado* aborda as comunidades quilombolas que são invisibilizadas e que estão sempre lutando pela efetivação dos seus direitos, temática atual e que traz muitos desafios. Por fim, acredita-se que o livro *Torto Arado* vá se tornar um clássico brasileiro, desse modo ainda há muitos trabalhos a serem feitos sobre esta obra e essa monografia pode trazer avanços para essa discussão. Portanto, o presente trabalho estabeleceu como problema de pesquisa: Como o território é abordado no livro *Torto Arado*?

Para analisar como o território é abordado no livro *Torto Arado* do autor e geógrafo Itamar Vieira Júnior, foi examinada a relação entre Geografia e literatura, sendo este o objetivo geral. Optou-se, para alcançá-lo: (i) Explorar a relação entre Geografia e literatura a partir de trabalhos de geógrafos brasileiros; (ii) Empregar técnicas de análise de conteúdo para realizar uma leitura analítica do livro *Torto Arado*; (iii) Discutir teorias sobre território, territorialidade, territórios negros e territórios quilombolas, a fim de subsidiar a análise do livro.

Dessa forma, o método utilizado foi a pesquisa bibliográfica, utilizando bases de dados e obras relacionadas à temática de Geografia e literatura e aos conceitos de território, territorialidade, território negro e território quilombola.

Além desta seção introdutória, este estudo está dividido em sete capítulos, conforme demonstrado no sumário. Nas seções do capítulo dois são contempladas a relação entre Geografia e literatura e as abordagens pós-1990 desse tema em

trabalhos brasileiros. O capítulo três traz uma revisão bibliográfica acerca do conceito de território, sendo discutidos territorialidade, território negro e território quilombola. O capítulo quatro trata sobre a metodologia do trabalho e a escolha da Análise de Conteúdo para análise dos dados. No capítulo cinco é realizada uma resenha detalhada do livro (contém spoilers), também trazendo a vida do autor, a fortuna crítica da obra e uma discussão sobre a Geografia e literatura de Torto Arado. No capítulo seis são desenvolvidos os resultados e discussões da pesquisa e por fim no capítulo sete, são trazidas as considerações finais do trabalho.

2 PESQUISAS EM GEOGRAFIA E LITERATURA

Esse capítulo apresenta a relação entre a Geografia e a literatura, trazendo as mudanças que essa temática foi tendo ao longo do tempo. Na sequência, discutem-se as abordagens pós-1990 em trabalhos brasileiros.

2.1 GEOGRAFIA E LITERATURA

A Literatura não é, simplesmente, um instrumento para se estudar o espaço geográfico nem uma forma de substituir a ciência e sim outra maneira de interpretar o mundo. As obras literárias são capazes de nos levar para diversas realidades, abordando o espaço social, político, cultural e econômico, portanto para os que leem a literatura é uma grande porta de entrada para compreender outras visões de mundo e interpretá-las (DORFMAN, 2008).

As relações entre Geografia e literatura não são recentes, visto que os romances reproduziam conhecimento sobre lugares e regiões, na descrição de paisagem e dos costumes. Os escritores tinham a habilidade de descrever regiões e lugares que os próprios geógrafos, muitas vezes, ainda não tinham estudado, fascinando os geógrafos de meados do século XIX e metade do século XX. (MARANDOLA JUNIOR, 2009). Segundo Suzuki, ingleses, franceses e norte-americanos, na primeira metade do século XX, não só se valem da Literatura como fonte para a reflexão geográfica, mas afirmam a pertinência de sua utilização, como ocorre com La Blache, Mill e Wright (2018, p.1).

Pierre Monbeig, geógrafo e professor francês que trabalhou na USP (1935–1946), já considerava que “não era possível estudar uma cidade ou uma região sem ler, primeiro, seus grandes romancistas, pois deles era possível extrair ricas e detalhadas descrições sobre a paisagem geográfica, o clima, as cidades, as pessoas, o relevo, enfim sobre o cotidiano do mundo vivido das sociedades” (MONBEIG, 1957 apud MARANDOLA JUNIOR; OLIVEIRA, 2009, p. 490). O Brasil tem grandes escritores em todas as suas regiões, por exemplo, Machado de Assis, José de Alencar, Mário de Andrade, Graciliano Ramos, Guimarães Rosa, Ariano Suassuna, Euclides da Cunha, Jorge Amado, Érico Veríssimo, entre outros, e por meio de seus livros é possível construir um retrato geográfico do país.

Nessa perspectiva, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) produziu um Atlas das Representações Literárias de Regiões Brasileiras. O objetivo dessa coleção é:

[...] identificar e representar, por meio de mapas em diferentes escalas, fotos e imagens de satélite, regiões brasileiras que constituíram elemento marcante da trama de algumas das grandes obras da literatura nacional, construindo, dessa forma, um mapeamento onde a identidade é o elemento central para individualização dos diferentes segmentos territoriais que compõem o quadro nacional (IBGE, 2006, s.p).

Nesse sentido, o processo de ocupação do território é apresentado em relação às obras literárias, mostrando a capacidade da literatura como um meio de investigação geográfico. As regiões literárias retratadas na coleção são o Brasil Meridional (volume I), Sertões Brasileiros (volumes II e III) e Costa Brasileira (volume IV). Seguindo nessa lógica, Araújo (2003 p. 46) aponta que

A literatura brasileira incorpora em várias de suas obras mais relevantes elementos de interpretação histórica e geográfica do país em formação. Apropriada pela crítica literária, a ideia de “formação” ganha eficácia explicativa em duas direções, aparentemente opostas, mas na realidade complementares: a literatura, ao mesmo tempo, é formada e transforma o chão social, cultural, histórico e geográfico sobre o qual nasceu, e que lhe conforma organicidade e sentido. É formada, pois incorpora problemas de seu tempo e de seu espaço; transforma, pois cria e cimenta identidades locais, regionais e nacionais, impondo-se como representação coletiva que funda práticas e vínculos culturais e sociais.

É importante salientar que os geógrafos até metade do século XX focaram seus estudos na descrição geográfica, ou seja, na análise dos aspectos físicos (SOUZA, 2013). Dessa maneira, a própria literatura era vista em um aspecto realista, não com a expressão das relações humanas e os lugares. Já a partir dos anos 1970, essa tendência mudou e [...] “os geógrafos começam a encarar a Literatura de uma maneira diferente, para além de seus caracteres realistas” (MARANDOLA JUNIOR; OLIVEIRA, 2009, p. 494). Dessa forma, a literatura passou a ter um papel mais importante na investigação geográfica, correspondente à renovação dos discursos geográficos, como a Geografia Cultural e Humanista (BARCELLOS, 2009).

A pesquisa de Fernandes (2017) corrobora com essa interpretação, visto que seu trabalho fez um levantamento bibliográfico de publicações sobre a temática Geografia e literatura, trabalhando com periódicos de diferentes momentos entre a década de 1970 e o ano de 2014. Segundo ele, as principais tendências teóricas utilizadas nas pesquisas no Brasil foram: Geografia Humanista (lidera o número de

produções), Teoria Literária, Teoria da Geografia e Geografia Cultural (idem). Carvalho (2019) associa a Geografia Cultural com uma maior ênfase na descrição da paisagem e região na literatura. Na Geografia Humanista, a ênfase está no “homem com o lugar, em como ele percebe e se relaciona com o seu ambiente, considerando, inclusive, a perspectiva do autor, sua subjetividade e seu olhar sobre mundo” (idem, p.137). Na mesma perspectiva, Suess (2017) afirma que a Geografia Humanista tem preferência em adotar os conceitos de lugar e espaço, enquanto a Geografia Cultural dá maior ênfase para os conceitos de paisagem e região.

Em síntese, não é de hoje que Geografia e literatura estão próximas, mas ao longo do tempo houve mudanças nas abordagens e cada vez mais a literatura foi sendo utilizada para apreensão do espaço.

2.2 ABORDAGENS PÓS-1990

Nesse subcapítulo será discutida a sistematização proposta por Marandola Junior e Oliveira (2009) de onze abordagens de estudo da relação Geografia e literatura em trabalhos de geógrafos brasileiros pós-1990 (Quadro 1). Nessa produção, eles utilizaram livros, dissertações, teses e publicações em periódicos, classificando os trabalhos mais representativos de cada abordagem que foi identificada. Os autores salientam que

Cada forma de organizar esta produção ressalta ou oculta elementos que, no caso da bibliografia brasileira, tem se mostrado muito plural em buscar referenciais e alternativas para o estudo de obras literárias, ao mesmo tempo em que ainda não consolidou linhas muito claras de análise, prevalecendo soluções e construções teóricas específicas em cada pesquisa (MARANDOLA JUNIOR; OLIVERA, 2009, p. 495).

Quadro 1 - Abordagens pós-1990 de Geografia e literatura em trabalhos brasileiros

ABORDAGENS	ESCOPO	ALGUNS TRABALHOS REPRESENTATIVOS
Leitura Realista	O espaço e a paisagem aparecem enquanto realidade a partir do naturalismo, sendo descritas e compondo o cenário, não a trama. Aproxima-se da literatura científica, vendo as obras como documento histórico e do pensamento geográfico	Munirati (1994); Antonio Filho (1997, 2006); Oliveira (2001); Rodrigues (2003); Moreira (2004); Antonello (2005); Amorim Filho (2008)

Conteúdo Geográfico	Busca a confluência do mapa e da trama, numa aproximação Ciência-Arte a partir das narrativas e sua espacialidade	Monteiro (1988, 2002, 2005, 2008)
Espaço Telúrico e imaginação da matéria	Forma de hibridismo homem-natureza em que se atribui aos personagens ou à trama as características, físicas e simbólicas, dos elementos da natureza, a partir da geopóetica	Gratão (2002, 2006); Marandola (2007)
Percepção e experiência ambiental	O espaço é vivido e significado, revelado pelos lugares e paisagens	Lima (1994; 2000); Bley (1997); Wanderley; Menêzes (1997); Oliveira (2002); Soares (2005)
Paisagens vividas e significadas	A dimensão simbólica e afetiva das paisagens expressa a geografia do lugar e a geofricidade	Seeman (2007)
Paisagens culturais e representações	Toma o texto literário como representação da espacialidade, da identidade e da territorialidade	Olanda; Almeida (2007); Olanda (2008); Sousa; Chaveiro (2008)
Sentido do lugar	A descrição e ambientação narrativa revelam o significado cultural dos lugares	Laganá (1997); Marandola Jr. (2007)
Experiência espacial do autor	Pela memória ou pela vivência, é a experiência geográfica do autor que compõe e localiza a obra	Wanderley (1997); Suzuki (2005); Marandola (2007)
Espacialidade e temporalidade	Novas territorialidades constituídas a partir do rompimento das fronteiras e da intensificação das trocas culturais e dos processos de des-re-territorialização. É um tema antigo (a migração e a fuga) e contemporâneo (novo cenário do romance): a pós-modernidade	Haesbaert (1997)
Geografias simbólicas e criadas	O espaço enquanto metáfora está presente nos próprios personagens, na trama, nas paisagens e lugares interiores, fundando um mundo, mantendo uma relação ambivalente de verossimilhança e imaginação, resultando em outras geografias.	Oliveira Jr. (2002, 2006); Marandola Jr. (2006, 2007)
Espaço Romanesco	Parte de elementos de análise literária para compreender a trama, incorporando elementos próprios da estrutura narrativa como o tempo, o foco narrativo e a variação dos tempos verbais.	Suzuki (2006)

Fonte: Marandola Junior e Oliveira, 2009, p. 496.

A seguir será detalhada cada abordagem, trazendo um exemplo de trabalho que se encaixe na vertente citada.

Para retratar a Leitura Realista é possível citar o artigo “O pensamento geográfico e Euclides da Cunha: Resgatar é preciso” de Antonio Filho (1997), o qual retrata como o livro *Os Sertões* foi um marco para a Geografia Brasileira. *Os Sertões* é uma obra regionalista publicada em 1902, possuindo um caráter realista rico em termos científicos. De acordo com Antonio Filho (1997), Euclides da Cunha expressava em sua visão ideias de darwinismo social, do determinismo, do organicismo e do possibilismo geográfico.

A obra tem como tema a Guerra de Canudos, no interior do estado da Bahia e sua estrutura é dividida em três capítulos: A terra, O homem e A luta. No capítulo “A terra” há descrição detalhada do ambiente, com foco na Caatinga, na paisagem sertaneja e na seca que assola a região (ANTONIO FILHO, 1997). No capítulo “O homem” há descrição da vida e costumes do sertanejo à luz de ideias deterministas e do darwinismo social, surgindo a partir daí concepções de raça, nacionalismo e poder, além disso, é abordada a figura de Antônio Conselheiro e o preconceito em relação a ele. O capítulo “A luta” descreve a origem do conflito e como Euclides da Cunha foi influenciado por ter contato direto com aquela realidade (ANTONIO FILHO, 1997). Nesse sentido, a obra se caracteriza pela Geografia descritiva abordada no subcapítulo 2.1.

Na abordagem de Conteúdo Geográfico, tem-se uma das maiores contribuições de um geógrafo brasileiro sobre análise do conteúdo geográfico em criações romanescas, o livro *O mapa e a trama* de Monteiro (2002). A obra tem 242 páginas e é uma coletânea de ensaios de autores clássicos brasileiros como Guimarães Rosa, Graciliano Ramos, Lima Barreto, Machado de Assis, Aluísio Azevedo, Graça Aranha etc. Essa obra tinha como objetivo divulgar as contribuições do autor na relação Geografia e literatura, dirigida a uma Geografia Humanística (MONTEIRO, 2002). Segundo Marandola (2007, p. 13), “o mapa significa o contexto estrutural de configuração espaço-temporal onde acontece o dinamismo da ação, que é a trama (narrativa) criada pelo escritor”.

Os trabalhos de Monteiro foram fundamentais para difundir a temática no país, pois “ele esteve entre os primeiros geógrafos no Brasil a tomar com afinco esta tarefa, sem necessariamente quer construir uma abordagem consistente, mas, rigoroso com o método e fidedigno com suas convicções” (MARANDOLA JUNIOR; CHAVEIRO; GRATÃO, 2020, p. 137).

Para a abordagem Espaço Telúrico e Imaginação da Matéria é possível trazer como exemplo a dissertação de Marandola (2007), intitulada "Caminhos de morte e de vida: o rio Severino de João Cabral de Melo Neto", que fala sobre um dos poemas mais conhecidos no país. Essa dissertação realiza uma leitura geográfica do poema "Morte e vida Severina" e, conforme a autora Marandola (2007), a poética cabralina está ligada à memória, à viagem e a ao espaço telúrico. O espaço telúrico é relativo à terra/solo e "ligado ao sentido primitivo da relação homem-meio" (MARANDOLA, p.125, 2007). Para a autora, o poema tem elementos cultural-históricos (narrativa bíblica, pastoril e folclore nordestino) e de pesquisa geográfica (paisagem e unidade geográfica de Pernambuco) que foram trabalhados por Cabral na estrutura do poema. Segundo Marandola (2007), Cabral utiliza muitas metáforas e simbolismos, principalmente geográficos, sendo o rio o principal elemento "geográfico-telúrico": "Vemos a força telúrica das imagens da água, do rio e da relação homem-meio imprimindo à condição severina (do homem, do rio e do espaço como um todo) seus traços de morte e de vida" (MARANDOLA, 2007, p.16).

O estudo de Lima (2000) traz reflexões sobre Geografia e literatura sob um enfoque humanista e apresenta a percepção ambiental e a paisagem vivida, representando, neste caso, a abordagem Percepção e Experimentação Ambiental. O estudo fala sobre como os autores atribuem valores a suas descrições e narrativas, valores esses da sua própria experiência ambiental, além disso, enfatiza como essa experiência ambiental, aqui no Brasil, foi marcada pelas obras regionalistas. O que reforça o Atlas das Representações Literárias de Regiões Brasileira, visto que por meio de seus romances, eles marcaram o panorama brasileiro com suas diferentes percepções do espaço vivido. Segundo Lima (2000, p. 31),

Através da criação da imagem literária, os escritores têm o poder de influenciar, direta ou indiretamente, a construção de imagens mentais pelos leitores sobre determinados lugares, paisagens, ou ainda, influenciar suas atitudes ou condutas em relação ao meio ambiente, promovendo até mesmo uma nova consciência nestes indivíduos. O conhecimento dos lugares, ainda que somente de modo conceitual, adquirido pela leitura das obras literárias, não deixa de ser uma forma de experienciar as diversas faces do espaço.

Ou seja, o autor adiciona a trama e enredo na paisagem com seus personagens, símbolos e valores e isso tem a capacidade de transmitir para o leitor uma percepção desses lugares que, no caso dessas grandes obras brasileiras, como

por exemplo Grande Sertão Veredas de Guimarães Rosa (1956), pode influenciar no imaginário social.

A abordagem Paisagens Vividas e Significadas é exemplificada no artigo “Geografia, geograficidade e a poética do espaço: Patativa do Assaré e as paisagens da região do Cariri (Ceará)”, em que Seeman (2007) aborda a obra do poeta Patativa do Assaré (1909-2002) e suas relações com as paisagens do Nordeste brasileiro em geral e do Cariri cearense em particular.

Só que nesse caso, o foco do autor não era descrever a paisagem detalhadamente, a paisagem era apenas um pano de fundo de seus poemas. “O Cariri é mais o *locus* onde Patativa realizava sua poesia e menos o lugar sobre o qual ele poetizava” (SEEMAN, 2007, p. 63), ou seja, o importante para Patativa era o que ele vivenciou, produzindo uma geografia afetiva com seu lugar. “Aqui entra a geograficidade na escala individual constituindo-se pelos sentimentos, afetividade, escolhas e mundo fenomenológico” (MARANDOLA JUNIOR; OLIVEIRA, 2009, p.497).

O artigo Uma Visão Geográfica em “O Fiel e A Pedra” de Osman Lins, das autoras Olanda e Almeida (2007), tem como proposta mostrar a Literatura como fonte de conhecimentos geográficos a partir da interpretação da Paisagem Cultural no espaço romanesco. As autoras deste artigo usaram a perspectiva da Geografia Cultural, uma vez que ela “concebe a arte como mediadora entre a vida e as representações” (OLANDA E ALMEIDA, 2007, p. 144), sendo um exemplo da abordagem Paisagens Culturais e Representações. A obra se passa na década de 1920, no interior do estado de Pernambuco, na cidade de Vitória, e, na zona rural, no Engenho do Surrão. Conforme as autoras foram analisadas a representação espacial e territorial no romance e a identidade pernambucana. Dessa maneira, a partir da paisagem cultural e dos seus personagens foi possível explorar as condições socioespaciais, históricas e organizacional da sociedade pernambucana e os elementos simbólicos retratado no romance (OLANDA e ALMEIDA, 2007).

Em Sentido do Lugar, Liliana Laganá (1997) apresenta “Imagem e Memória no Espaço do Retorno: Viagem a Sicília com Elio Vittorini”. Nessa perspectiva, a autora alia Geografia da Percepção e literatura analisando o romance *Conversazione in Sicilia* (1937) do autor Elio Vittorini. Nessa obra, o personagem principal, Silvestro, embarca em uma longa viagem de trem do Norte da Itália em direção a Sicília, sua cidade natal (que não visita há 15 anos), depois de receber uma carta do pai, em que ele relata ter abandonado a esposa, mãe do protagonista. De acordo com Laganá

(1997), o trajeto do protagonista espelha a própria viagem do autor Elio Vittorini à sua ilha natal dado que ele nasceu em Siracusa, uma cidade da Sicília. Essa é uma viagem de reconhecimento, um retorno que a autora identifica como uma “conversação”. “É uma conversação não apenas com as pessoas companheiras de viagem, mas também com as coisas, com os lugares que vão passando, que Silvestro volta a ver e reconhece após longos anos de ausência” (LAGANÁ, 1997, p.156). Ao longo do trajeto, a paisagem é rica em detalhes e ao mesmo tempo vai evocando memórias do personagem e o passado e presente se misturam, redesenhando a geografia de sua infância.

No caso da abordagem Experiência Espacial do Autor, temos o artigo “Geografia e Literatura: uma leitura da cidade na obra poética de Paulo Leminski” de Suzuki (2005). Paulo Leminski (1944-1989) foi um poeta curitibano que tematizava as cidades em que viveu ou que visitou, principalmente sua cidade natal, Curitiba. Durante seus 44 anos, Leminski viveu experiências e relações no espaço da cidade. Dessa forma, sua obra não é sobre a cidade em si, mas sobre as vivências e sentimentos que esse poeta experimentou (SUZUKI, 2005).

Das vivências/experiências com a cidade, não só a de Curitiba, mas sobretudo com ela, Leminski cria um universo multifacetado em flashes rápidos e consistentes dessa relação ambígua de amor e ódio, liberdade e limites, reconhecimento e rejeição, extensão do corpo e recolhimento do espírito, encaixe e desencaixe (SUZUKI, 2005, p.125)

Representando a vertente Espacialidade e temporalidade, Rogerio Haesbaert (1997) discute em seu artigo “Território, Poesia e Identidade” sobre a dicotomia entre ciência e arte; razão e sensibilidade; e modernidade e pós-modernidade. Para o autor a poesia é revolucionária, porque ela “rompe com a linearidade e funcionalidade promovidas pelo mundo moderno capitalista, onde a “forma deve seguir a função”, e difunde o lúdico, o poder criador e a liberdade da imaginação” (HAESBAERT, 1997, p. 22). Os poemas se caracterizam por um discurso simbólico, de representações, imagens e signos. Entretanto “a escolha de um símbolo não é nunca nem absolutamente inevitável, nem puramente aleatória” (HAESBAERT, 1997, p.24). Por isso, esse símbolo tem referência no real e, segundo o autor, essa é a relação com a Geografia, visto que alguns espaços ou territórios expressam um significado maior do que seus limites físicos (HAESBAERT, 1997). Dessa forma, se constituem as identidades locais, regionais e nacionais não apenas pelos seus territórios físicos, mas

também pelos seus territórios simbólicos. De acordo com Haesbaert (1997), os exemplos são a Campanha Gaúcha e o Sertão nordestino. Em Centros de Tradições Gaúchas se fortalece o gauchismo, divulgando o “nativismo”, fazendo-o com que os participantes sintam uma ligação com um território que muitas vezes não faz parte de sua vivência. É possível observar que a música popular gaúcha reforça isso. Conforme os autores Suess e Bezerra (2015, p. 332), os poemas “expõem em plenitude o que o homem pensa e quer falar para o mundo de suas percepções e concepções que envolvem tramas no tempo e no espaço em que o sentimento e a experiência são claramente pontos de partida”.

Em Geografias simbólicas e criadas, temos o artigo Narrativas Calvinas: da descrição do explorador ao percurso do andarilho, de Marandola Junior (2006). O autor traz uma discussão sobre os livros Pequeno Príncipe (2003) e Cidades Invisíveis (1990), de Italo Calvino. O primeiro livro apresenta um geógrafo que catalogava tudo a partir dos relatos de exploradores, preocupando-se apenas com a exatidão, com o que não era “modificado”, por exemplo as montanhas e os oceanos, sem se interessar pela subjetividade. Já no segundo livro, a história é sobre o explorador Marco Polo descrevendo as cidades para o imperador Kublai Khan. Ao contrário do geógrafo do Pequeno Príncipe, Marco Polo trazia informações que era invisíveis para a maioria, a essência da cidade. Cada explorador vai olhar a cidade de uma maneira, dependendo do seu roteiro, das suas próprias experiências e dos seus valores. Deste modo, a lição que Marandola Junior (2006) retirou dessas duas obras foi que há a:

necessidade de permanecer com o espírito curioso do explorador, ao mesmo tempo em que se mantém a disposição do andarilho e o refinado esmero do cartógrafo. Assim, não teremos apenas belos mapas e atlas, mas teremos, sobretudo, maior conhecimento das geografias das nossas cidades, em um sentido essencial, que não se limita a um conhecimento disciplinar, mas que envolve a própria existência humana em sua multidimensionalidade (MARANDOLA JUNIOR, 2006, p.57).

Por isso, as cidades são infinitas possibilidades, já que cada pessoa vai explorar ela de um jeito diferente.

Por último, Suzuki (2006) traz uma discussão sobre o Espaço Romanesco em seu artigo O Espaço na narrativa: Uma leitura do conto “Preciosidade”. O autor explicita como não deve se ler espaço como cenário, como ambiente ou paisagem, e que muitas vezes isso se confunde (SUZUKI, 2006). De acordo com Suzuki (2006, p. 56-57):

O espaço, entendido como espaço social, materializa a ação humana; incorpora a sociedade, conforme há muito salienta Henri Lefebvre (1972 e 1975). Não corresponde à noção de espaço físico. Assim, não se aproxima da noção de cenário, cuja matriz é a de elementos exteriores às personagens. [...] O cenário é o que está para além das personagens. Não se confunde com elas.

Suzuki (2006) faz uma análise do conto Preciosidade de Clarice Lispector (1960). Trata-se da história de uma estudante de quinze anos que tem sua vida modificada para sempre após ser abordada por dois homens. Segundo a análise do autor “o desenvolvimento do conto se dá em intrínseca relação com o espaço: o da casa, o da rua, o do ônibus, o da escola, o da sala de aula” (SUZUKI, 2006, p.58). Em síntese, Suzuki (2006) identificou muitos problemas na análise do espaço da narrativa. Por exemplo, o espaço da narrativa não é o mesmo de um estudo do geográfico, ou seja, é um mundo de ficção onde as regras podem ser alteradas a qualquer momento para servir à narrativa. Ainda assim, a relação entre Geografia e Literatura serve para potencializar as análises tanto de um lado como de outro. De acordo com Suzuki (2006, p.66):

A crítica literária poderá alcançar nuances novas, com maior precisão terminológica e maior densidade de análise e de interpretação do uso do espaço na narrativa, bem como na poesia; enquanto as análises geográficas poderão ser adensadas com novos recursos de reconstrução do espaço (como a descrição e a caracterização), mas, também, estabelecer uma mediação entre os documentos mais tradicionais utilizados nas pesquisas geográficas e o texto literário, tanto a narrativa quanto a poesia, ampliando-se as possibilidades interpretativas do movimento do mundo.

Marandola Junior e Oliveira (2009) resumem essas 11 abordagens em enfoques na espacialidade (material) ou na geograficidade (imaterial). Nessa perspectiva, Marandola Junior (2010) aponta que as pesquisas sobre Geografia e literatura nos últimos anos tiveram essas duas tendências como predominantes. Conforme o autor,

A primeira vê a arte como documento, como expressão material da cultura, da sociedade, do momento histórico e de um dado território. Já a segunda entende a manifestação artística como potência criadora de mundos, constituindo a realidade, de um lado, e revelando parte da essência do mundo, de outro (MARANDOLA JUNIOR, 2010, p. 22).

Com base no que foi apresentado, é possível ver que os trabalhos brasileiros que analisam a relação Geografia-literatura enfocam principalmente o material ou o imaterial. As vertentes estudadas conversam entre si. Entretanto, ainda não há um consenso sobre as linhas da produção Geografia-literatura. Portanto, essa temática

não está consolidada, tendo muitos desafios, mas também muitas possibilidades de estudo.

3 TERRITÓRIO E TERRITÓRIO NEGRO

Esse capítulo destina-se a apresentar os principais conceitos nos quais o trabalho está baseado. Serão apresentados os conceitos de território, território negro, território quilombola e territorialidade que são norteadores para explorar o objeto de estudo: o livro *Torto Arado*.

3.1 TERRITÓRIO

Antes de mais nada é necessário compreender que Espaço e Território não são termos iguais. Para Raffestin (1993) o espaço é anterior ao território e este é uma produção a partir dele.

O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a prisão “original”, o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Na mesma perspectiva Haesbaert (2013) aponta que o caso não é diferenciar um do outro, mas entender que, apesar da diferença entre espaço e território, eles nunca poderão ser separados. Para o autor “o território se define mais estritamente a partir de uma abordagem sobre o espaço que prioriza, ou que coloca seu foco, dentro dessa dimensão espacial, (n)a dimensão política ou de realização das relações de poder” (HAESBAERT, 2013, p. 23). Após esse breve esclarecimento, é necessário explorar o conceito de território mais profundamente.

A discussão sobre território está presente em diferentes áreas do conhecimento como Biologia (território animal), História, Ciência Política, Antropologia, Sociologia e Psicologia. Nos diferentes campos, esse conceito é complexo e surge em muitas discussões, mas com variadas perspectivas. Já na Geografia, o território constitui um dos conceitos básicos para suas análises e estudos. Quando pensamos em território, o que vem à mente é o território do estado, como o território brasileiro, uma área sujeita à autoridade estatal. Um dos exemplos desse discurso é do geógrafo alemão Ratzel (1844-1904), que foi um dos principais autores clássicos da Geografia Política. A geografia ratzeliana se propôs a estudar as relações entre o estado, sociedade e o solo. Conforme Saquet (2007), nas obras de Ratzel, o conceito de território aparece tanto como sinônimo de ambiente e solo, como também de estado-nação e

dominação. “O território, portanto, é entendido como substrato/palco para efetivação da vida humana, sinônimo de solo/terra e outras condições naturais, fundamentais a todos os povos, selvagens e civilizados (sob domínio do Estado)” (SAQUET, 2007, p. 31), por isso, de modo geral, pode-se dizer que a Geografia Política no século XX foi uma Geografia do Estado.

Em sua obra *Por uma Geografia do Poder*, Raffestin (1993) traz uma crítica a esse sentido unidimensional, em que o Estado é considerado o único poder e o único a se territorializar, e afirma que apesar do Estado ter um lugar privilegiado, ele não é o único. Para o autor, fundamentado em Foucault, o poder tem um comportamento multidimensional, tendo diferentes escalas, tanto em ações do estado, quanto em relações cotidianas. Dessa forma, as duas questões principais sobre a natureza do poder, que Raffestin traz sobre Foucault, são: o poder não se adquire, ele é exercido; e onde há poder há resistência: “Toda relação é o ponto de surgimento do poder, e isso fundamenta a sua multidimensionalidade. [...] E a resistência exprime o caráter dissimétrico que quase sempre caracteriza as relações” (RAFFESTIN, 1993, p.53). Em síntese, para o autor, o poder é intrínseco às relações sociais e tem como objetivo o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas. Portanto, os trunfos do poder seriam: a população, o território e os recursos, sendo o território “a cena do poder e o lugar de todas as relações” (RAFFESTIN, 1993, p. 58).

Atualmente nos estudos desse tema no Brasil, destaca-se Haesbaert (2007, p.42), que afirma:

o homem nasce com o território, e vice-versa, o território nasce com a civilização. Os homens, ao tomarem consciência do espaço em que se inserem (visão mais subjetiva) e ao se apropriarem ou, em outras palavras, cercarem este espaço (visão mais objetiva), constroem e, de alguma forma, passam a ser construídos pelo território

O poder está sempre presente nessa relação, mas como já foi discutido, não necessariamente o poder do estado. E para Haesbaert (2004) esse poder tem dois sentidos: o explícito e o implícito. O primeiro como dominação e o segundo mais simbólico, de apropriação. Além disso, Haesbaert (2003) agrupou as concepções de território em três vertentes: a) jurídico-política, quando o território é compreendido como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, principalmente o estatal; b) a cultural(ista), uma concepção mais subjetiva, em que o território é visto como produto de apropriação/valorização simbólica-cultural de um grupo sobre seu espaço; c) econômica, nesse caso bem menos difundida, onde a

dimensão espacial das relações econômicas prevalece e há o embate entre classes sociais e a relação entre classe-trabalho. A seguir, o quadro feito por Haesbaert e Limonad (2007), em que essas concepções são sistematizadas:

Quadro 2 – As abordagens conceituais de território em três vertentes básicas

Dimensão Privilegiada	concepções correlatas	concepção de território	territorialização		perspectiva da Geografia	exemplos de trabalhos próximos a esta vertente
			principais atores / agentes	principais vetores		
jurídico-política (majoritária, inclusive no âmbito da Geografia)	<ul style="list-style-type: none"> Estado-nação fronteiras políticas e limites político-administrativos 	um espaço delimitado e controlado sobre / por meio do qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal	<ul style="list-style-type: none"> Estado-nação diversas organizações políticas 	relações de dominação política e regulação	Geografia Política (Geopolítica)	Alliès (1980) a visão clássica de Ratzel
cultural(ista)	<ul style="list-style-type: none"> lugar e cotidiano identidade e alteridade social cultura e imaginário <p>(Imaginário: "conjunto de representações, crenças, desejos, sentimentos, em termos dos quais um indivíduo ou grupo de indivíduos vê a realidade e a si mesmo")</p>	produto fundamentalmente da apropriação do espaço feita através do imaginário e/ou da identidade social	<ul style="list-style-type: none"> indivíduos grupos étnico-culturais 	relações de identificação cultural	Geografia Humanística e/ou Geografia Cultural	Deleuze e Guattari (1972) Tuan (1980 e 1983)
econômica (muitas vezes economicista) minoritária	<ul style="list-style-type: none"> divisão territorial do trabalho classes sociais e relações de produção 	(des)territorialização é vista como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho	<ul style="list-style-type: none"> empresas (capitalistas) trabalhadores Estados enquanto unidades econômicas 	relações sociais de produção	Geografia Econômica	Storper (1994) Benko (1996) Veltz (1996)

Fonte: Haesbaert e Limonad, 2007, p.45.

Outra noção que Haesbaert e Limonad (2007) adicionam no debate é a dimensão naturalista, levando em consideração a indissociabilidade entre natureza e território, não é muito veiculada atualmente pelos geógrafos. Não deve ser ignorado que o conceito de território precisa levar em conta a dimensão material e/ou natural do espaço, entretanto sem superestimá-lo. Além disso, dependendo do grupo social que o produz, como os povos e comunidades tradicionais, a relação dos grupos sociais com a primeira natureza pode ser fundamental na definição de seu território (HAESBAERT; LIMONAD, 2007). Apesar dessas concepções de território estarem separadas para fins de análise, na dinâmica territorial essas dimensões podem se mesclar.

Souza (2000), também afirma que o território é “fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder” (SOUZA, 2000, p.78) e que

esse poder não é só estatal, corroborando com as outras conceituações já apresentadas. O autor salienta que os territórios são construídos e desconstruídos nas mais diferentes escalas, como uma rua ou como uma área internacional formada pelos países membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), e nas mais diferentes escalas temporais, séculos, décadas, anos, meses ou dias, podendo ter uma natureza permanente ou cíclica (SOUZA, 2000). Um dos exemplos trazidos por Souza (2000) de formação de um território com uma temporalidade delimitada é a ocupação de calçadas de algumas ruas por camelôs, ou seja, uma territorialização em momentos definidos.

Corrêa (1994, p. 251) esclarece que a origem da palavra território deriva do latim *terra* e *torium* que significa terra pertencente a alguém. Não necessariamente a propriedade da terra, mas sim a sua apropriação, tendo duplo significado: político e afetivo. O primeiro significado seria o controle por grupos ou instituições, de uma porção do espaço, já o segundo tem relação com a dimensão afetiva, pelas práticas de grupos distintos definidos em razão de renda, raça, religião, sexo, idade ou outras características.

Em suma, o território tem variadas dimensões, sendo construído e desconstruído por relações de poder em diferentes escalas e temporalidades.

3.1.1 Território Negro

Esse subcapítulo debate o conceito e a concretude dos territórios negros, pondo em evidência as comunidades negras rurais e quilombolas. Em 1850, um pouco antes do fim da escravidão, foi criada a Lei de Terras, sua finalidade era a regularização fundiária brasileira. Seu artigo 1º determina: “Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra”.

Portanto, a Lei de Terras foi uma condição para o fim da escravidão, porque apenas através da compra era possível obter a posse da terra. Ela veio para dificultar ou impossibilitar o acesso à terra de pessoas pobres e os negros futuramente libertos (AMORIM; TÁRREGA, 2019). Se pensarmos na definição de poder de Raffestin (1993), acima apresentada, o controle e a dominação sobre os homens diminuíram, mas foi compensado com o controle sobre as coisas.

A abolição da escravidão no Brasil aconteceu em 1888, entretanto, conforme Bandeira (1991), não houve responsabilidade do Estado ou da sociedade perante o

legado da escravidão, não houve proteção jurídica para assegurar condições de plena cidadania. Então, como esses ex-escravos iriam desfrutar em igualdade de oportunidades com os brancos? De acordo com Bandeira (1991, p. 17),

na prática social, entre os negros e as formas de acesso à terra interpunha-se o legado da escravidão. Os ex-escravos não tinham dinheiro para adquirir terras, nem domínio do saber das técnicas sociais e dos instrumentos que lhe permitissem postular e defender o seu direito à posse da terra.

Então, mesmo após a “liberdade”, a população negra sofreu (e ainda sofre) muita discriminação. Para Campos (2010, p. 50), “a construção da nação não se faz homogênea; porém, o “Outro”, não de forma clara, continuou muito diferente, não somente na cor, mas em todas as atividades, consideradas, quase sempre, como inferiores”.

Em geral após a abolição, na área rural esses ex-escravos viraram tarefeiros, parceiros ou pequenos produtores e na área urbana trabalhadores de ganho e artesãos. Bandeira evidencia (1990, p. 18) que

o negro se tornou “camarada” de sítios e fazendas, vivendo em situação servil. A sua força de trabalho e de sua família pertencia ao fazendeiro que dispunha dela em seu benefício ou doava aos filhos, juntamente com uma parte da propriedade, quando casavam, “para começar a vida”.

Por isso, historicamente as comunidades negras se relacionam com a terra através do coletivo e não do direito privado, sendo categorizadas de acordo com sua origem patrimonial (doações de antigos senhores, terras devolutas etc.). Entretanto, independente dessas origens, a posse de terra se dá pela apropriação coletiva de negros organizados etnicamente como sujeito social e não como pessoas físicas (BANDEIRA, 1991, p. 8).

Então o que define um território negro? Para Leite (1991, p. 40):

Um espaço demarcado por limites, reconhecido por todos que a ele pertencem, pela coletividade que o conforma. Um tipo de identidade social, construído contextualmente e referenciado por uma situação igualdade na alteridade. O território seria, portanto, uma das dimensões das relações interétnicas, uma das referências do processo de identificação coletiva.

O território negro rural serve para habitar e produzir, sendo essa terra a base primordial para existência desse grupo, visto que espaço reúne a moradia e a

sobrevivência. Desse modo, as características principais desses territórios de ocupação residencial são

terras devolutas, viabilidade de permanência através da posse, com ou sem título, podendo ser comprada e regularizada em termos legais ou não. Possuem mais de uma unidade domiciliar ou uma grande unidade domiciliar congregando uma família extensa. A produção e a subsistência ocorrem através de estratégias coletivas. Nelas se dá a construção de códigos específicos de sociabilidade: linguagem corporal e verbal, formas de cooperação e reciprocidade construídas no cotidiano, mecanismos de solidariedade e troca baseados no parentesco. Na maioria dos casos, vivem uma experiência compartilhada traduzida em uma história comum (LEITE, 1991, p. 42).

E como no campo, a terra é o único meio de subsistência, dessa forma há uma mobilização maior para assegurá-la quando há conflitos.

Para Vieira (2017), os territórios negros (desta vez, urbanos) nem sempre serão exclusivos de pessoas negras, mas a presença delas é uma questão central. Nessa perspectiva, primeiramente para considerar um território negro, há espaços físicos habitados por pessoas negras, mas não apenas isso, também são espaços simbólicos “repletos de sentidos e significados relacionados às práticas ali existentes, a uma ancestralidade negra, a uma memória negra, a um modo de ser e estar negro” (VIEIRA, 2017, p. 42). Então, como já foi visto nas outras definições de território ao longo do capítulo, aqui o território é tanto espaço físico, quanto simbólico e caracterizado tanto pela sua funcionalidade (habitação, trabalho, lazer) quanto pela prática cultural (batuque, carnaval, religiosidade) que é praticado/desenvolvido a partir da presença de mulheres e homens negros (VIEIRA, 2017, p. 43).

3.1.1.1 Território Quilombola

Somente um século depois do fim da escravidão, com a Constituição de 1988, os quilombolas tiveram seus direitos reconhecidos. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o estado emitir-lhes títulos respectivos, nos termos do artigo 68 da Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), caput, da Constituição Federal. Para Leite (2000, p. 335):

Tudo isto se esclarece quando entra em cena a noção de quilombo como forma de organização, de luta, de espaço conquistado e mantido através de

gerações. O quilombo, então, na atualidade, significa para esta parcela da sociedade brasileira sobretudo um direito a ser reconhecido e não propriamente e apenas um passado a ser rememorado. Inaugura uma espécie de demanda, ou nova pauta na política nacional: afrodescendentes, partidos políticos, cientistas e militantes são chamados a definir o que vem a ser o quilombo e quem são os quilombolas

Entretanto, a expressão “remanescente de quilombo” trouxe muita discussão sobre o que isso engloba de fato. Fiabani (2008, p.13) elucida as discussões sobre esse artigo da ADCT:

Ao interpretar este artigo, os parlamentares e as lideranças de algumas comunidades e do movimento negro perceberam que o dispositivo constitucional era limitador. Através daquela ordenação, muitas comunidades rurais afrodescendentes, que não se originaram de escravos fugitivos, não seriam contempladas pela Lei e não se faria justiça com grande parte do campesinato negro, pois em sua maioria, as comunidades negras apresentam irregularidades fundiárias. Ocorre que a Lei não definiu o significado do termo “quilombo”. Especula-se que os constituintes tenham interpretado o conceito como comunidades que se originaram de escravos fugitivos.

Foi muito discutido sobre a conceituação do termo quilombo e a questão temporal, mas é importante salientar que esse fenômeno é contemporâneo, ou seja, não tem apenas relação com a identidade história, mas também se relaciona com a forma no presente, porque o surgimento dos quilombos continua acontecendo. Contudo, com o passar do tempo as relações e resistências quilombolas vão se modificando e se resignificando. Como relata Fiabani:

os moradores das comunidades não originadas de escravos fugitivos, não se pensavam como quilombolas. Também, muitos moradores nem sabiam o que era um quilombo. Somente a partir da década de 1990, após debates sobre o conceito de quilombo, e em muitas ocasiões, depois do contato com representantes do movimento das comunidades negras, movimento negro, antropólogos e historiadores, é que estas comunidades passaram a se identificar como quilombolas (FIABANI, 2008, p.14).

À vista disso, o quilombo contemporâneo continua representando a resistência negra e vai muito além da posse de terra, sendo também um modo de vida, que manteve ou recriou sua cultura apesar de todas as tentativas de apagamento e desvalorização de sua identidade ao longo do tempo. Conforme o art. 2º do Decreto nº 4.887 de 2003,

consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de **auto-atribuição**, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (grifo nosso).

Em princípio, a autodefinição da comunidade facilita a titulação das terras quilombolas, mas os processos ainda são lentos.

Com base na Comissão Pró-Índio de São Paulo (Figura 1) que atua no reconhecimento dos direitos das minorias étnicas, é possível ver que existem 1.778 processos de regularização abertos e 84% de terras em identificação frente a apenas 138 terras quilombolas regularizadas e 54 parcialmente tituladas (PRÓ-ÍNDIO, 2022).

Figura 1 - Terras Quilombolas no Brasil



Fonte: Comissão Pró-Índio de São Paulo (2022).

É sabido que os procedimentos para titulação são burocráticos e dependem de uma série de fatores, o que dificulta e torna demorado os processos. Isso atrapalha o acesso e a garantia de reprodução e permanência dos quilombolas em suas terras.

As comunidades quilombolas possuem direito constitucional a terra, entretanto ainda existem muitos conflitos pela regularização de terras quilombolas, como: a marginalização pela sociedade e pelo poder público, a deslegitimação de sua identidade territorial, a discriminação, perseguição e violência sofridos por essas comunidades. A luta é diária e o estado precisa cumprir com dever legal, para assim garantir uma vida digna a essas comunidades invisibilizadas.

3.1.2 Territorialidade

O conceito de territorialidade foi muito utilizado no sentido de comportamento animal, em sua demarcação de território. Já no que se refere a territorialidade humana, Sack (2013, p. 63) diz que “é uma poderosa estratégia geográfica para controlar pessoas e coisas por meio do controle de área”, nesse caso, essa área é chamada de território. Além disso, território não é apenas usado para conter ou restringir, mas também para excluir, não sendo necessário que os indivíduos que o controlem estejam dentro do território ou próximos a ele. Nesse sentido, o autor traz como exemplos cercas, muros ou uma placa de “proibido entrada”, que já podem fazer esse papel de controle (SACK, 2013).

A territorialidade pode ser determinada de diversos jeitos, como “descrições de trabalhos, direitos legais de terras, força bruta ou poder, normas culturais e proibições sobre o uso de áreas e formas sutis de comunicação, como postura do corpo” (SACK, 2013, p. 79). A definição de territorialidade para Sack (2013) tem três características: a) deve envolver uma forma de classificação por área; b) deve conter uma forma de comunicação (pode ser um marco ou sinal); c) deve envolver uma tentativa de impor o controle sobre o acesso à área e as coisas dentro dela, ou a coisas fora dela.

Já Saquet (2007) define que a territorialidade é o processo das atividades do dia a dia, logo “os territórios são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social, ou seja, pelas territorialidades cotidianas” (SAQUET, 2007, p. 127). Essas atividades se dão no espaço do trabalho, do lazer, da igreja, da família, da escola, entre outros. Dessa forma,

compreendendo a noção de territorialidade como um processo de relações sociais, tanto econômicas, como políticas e culturais de um indivíduo ou de um grupo social. A territorialidade corresponde às relações sociais e às atividades diárias que os homens têm com sua natureza exterior. É o resultado do processo de produção de cada território, sendo fundamental para a construção da identidade e para a reorganização da vida quotidiana (SAQUET, 2009, p. 8).

Portanto, a identidade é construída nessas “relações-territorialidades” heterogêneas que se vive todos os dias, tanto com os elementos materiais, quanto os imateriais que são produzidos.

O livro *Torto Arado* (2019) de Itamar Vieira Junior tematiza esses conceitos, a seguir apresenta-se a metodologia utilizada para aproximar o texto literário dessas questões geográficas.

4 METODOLOGIA

O presente trabalho fundamenta-se em uma pesquisa de caráter exploratório. Segundo Gil (2002), a pesquisa exploratória consiste em tornar o problema mais familiar, com aprimoramento de ideias. Geralmente, assume a forma de pesquisa bibliográfica ou de estudo de caso. Portanto, o trabalho visa analisar como o território é abordado no livro *Torto Arado*, explorando a relação entre Geografia e literatura. Optou-se ainda pela realização de uma pesquisa de abordagem qualitativa. Conforme McMillan e Schumacher (2005, p. 397), esse tipo de abordagem permite a elaboração de propostas fundamentadas, expandindo conhecimentos sobre os fenômenos, contribuindo para teoria, prática educacional, o planejamento e a consciência social.

Os dados foram coletados de fontes secundárias, ou seja, pesquisa bibliográfica, a partir das bases de dados como o Google Acadêmico e a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). As buscas de artigos, livros, teses e dissertações foram relacionadas à temática Geografia e literatura e ao conceito de território, territorialidade, território negro e território quilombola, visando contribuir para a análise do livro *Torto Arado*, do autor Itamar Vieira Junior (2019), foco principal do trabalho.

Em relação à análise de dados foi utilizada a Análise de Conteúdo, com objetivo de explorar o território na obra *Torto Arado*. A análise de conteúdo, segundo Bardin (1977, p.9), é composta por “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a “discursos” (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”. À vista disso, o objetivo dessa análise é a compreensão crítica da comunicação de um documento, sendo texto escrito ou de outro tipo de transmissão e esse conteúdo tem sentidos e significados tanto ocultos, quanto explícitos.

Conforme Bardin (1977), a análise de conteúdo se dá em três etapas: a pré-análise, a exploração dos materiais e o tratamento dos resultados. A pré-análise, é a primeira fase que a autora apresenta para a organização da análise de conteúdo. Antes de iniciar a análise propriamente dita, é importante organizar os materiais e ver o que está disponível. Então é feita a chamada leitura flutuante, que é o primeiro contato com o documento, nesse caso a leitura do livro *Torto Arado* de forma exploratória. A partir disso, surgiram as questões norteadoras para a escrita da monografia, visto que foi possível nesse primeiro contato perceber como a obra

poderia ser analisada com ajuda da discussão conceitual sobre território. Então a obra *Torto Arado* foi lida pela segunda vez, marcando todos os trechos relevantes para a pesquisa.

A exploração dos materiais é a segunda fase da análise de conteúdo, sendo feito o tratamento dos materiais a partir da codificação em unidades de registro e unidade de contexto (BARDIN, 1977). Neste trabalho, as unidades de registro foram palavras retiradas do livro, quais sejam: barro, alvenaria, Viração, jarê, encantados, encantada, negros, pretos, preta, quilombo e quilombolas. A unidade de contexto foram os trechos para compreender a unidade de registro. Essas palavras foram escolhidas porque são indicadores importantes de relações territoriais e aparecem com destaque na obra, tornando-se adequadas ao propósito desta pesquisa. Feito isso, foi realizada a categorização que é a passagem de dados brutos para dados organizados. Essas categorias são uma sistematização desses trechos com características comuns para a análise. As categorias escolhidas foram: *casa*, *morte*, *religião* e *quilombolas*. A categoria *casa* é sobre a relação dos moradores com as casas de barro e alvenaria, já a categoria *morte* é sobre o cemitério Viração. A categoria *religião* aborda a prática religiosa do jarê e a última categoria, *quilombolas* é sobre a ancestralidade negra e a identidade quilombola da comunidade Água Negra.

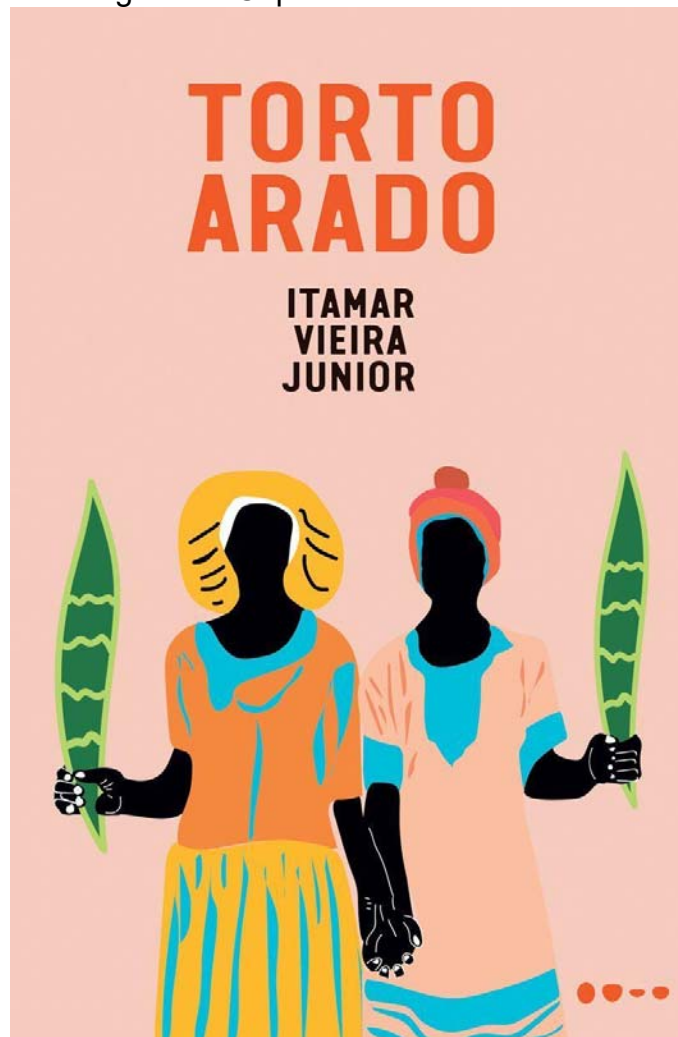
A última fase do trabalho foi o tratamento dos resultados, a interpretação dos trechos do livro a partir da fundamentação teórica.

Antes da análise de conteúdo, porém, o livro, seu autor e trabalhos já produzidos sobre eles serão apresentados.

5 A OBRA, O AUTOR E A FORTUNA CRÍTICA DE TORTO ARADO

Em 2018 Itamar Vieira Junior inscreveu *Torto Arado* no Prêmio Leya de Portugal. Após vencer o prêmio, o livro foi publicado primeiro lá e, em 2019, no Brasil pela Editora Todavia (Figura 2). *Torto Arado* é um fenômeno no Brasil e fora dele, já com edição mexicana, colombiana, holandesa e búlgara, por exemplo. Em 2020, recebeu os prêmios Jabuti de Melhor Romance e o Prêmio Oceanos.

Figura 2 - Capa do Livro *Torto Arado*



Fonte: Todavia (2019).

De acordo com o próprio livro, a ilustração da capa foi feita pela artista visual Linoca Souza, inspirada na fotografia (Figura 3) de Giovanni Marrozzini para a série *Nouvelle semence* (2010), realizada em Camarões. Em entrevista para a *Veja*, a ilustradora conta que substituiu os facões nas mãos das mulheres por folhas de

espada de Santa Bárbara. “Essa planta tem muita força, mesmo com poucos cuidados, sobrevive em diferentes solos” (ASSIS, 2021).

Figura 3 - Fotografia que inspirou a capa de Torto Arado



Fonte: Marrozzini (2010).

5.1 A OBRA

A história se passa na fazenda fictícia Água Negra, localizada na Chapada Diamantina, Bahia. O autor não especifica o tempo no qual se passa o livro, dando apenas algumas pistas, por exemplo, na passagem “Meu pai havia nascido quase trinta anos após declararem os negros escravos livres, mas ainda cativo dos descendentes dos senhores de seus avós” (VIEIRA JUNIOR, 2019 p. 164). Se o pai nasceu 30 anos após a abolição da escravidão, então ele nasceu por volta de 1920, visto que abolição foi em 1888. Em outra passagem, quando as irmãs tinham por volta de 7 e 6 anos, elas foram para o hospital de Ford Rural, um carro da década de 60-

70. Na reta final do livro, já se fala dos direitos quilombolas, portanto foi após a Constituição de 1988.

O livro trata de trabalhadores rurais descendentes de escravos que vivem nessa fazenda há gerações, num regime de servidão, trabalhando de domingo a domingo. Além disso, lhes era permitido construir casas apenas de barro, pois elas não resistem à passagem do tempo. Para subsistir, lhes era permitido ter uma roça pequena, mas nada que dependesse de muita energia, visto que precisavam trabalhar para o dono da fazenda. Não tinham salários, apenas essa morada para suas famílias e comida no prato. Os donos da fazenda podiam tudo, apesar de quase nunca aparecerem de fato no lugar. Nessa fazenda viviam 40 famílias e ao longo da história o leitor vai tendo informações mais detalhadas de algumas delas.

O romance é dividido em três partes: Fio de corte, Torto arado e Rio de sangue, as três partes são narradas em primeira pessoa, mas cada uma com uma perspectiva diferente, além disso a história não é linear, nem sempre segue a ordem cronológica, visto que em alguns momentos são narrados no tempo presente e outros recuperam memórias. A primeira parte, Fio de corte, tem 87 páginas e 15 capítulos, narrada do ponto de vista de Bibiana. Nesses capítulos foram apresentadas as dinâmicas na terra e à família de Zeca Chapéu Grande, que foi um dos pioneiros dessa fazenda, e à sua esposa Salustiana ou “Salu”, que também era parteira. Eles são pais de Bibiana, Belonísia, Domingas e Zezé, sendo as duas primeiras filhas as protagonistas dessa história. Já no começo do livro, as irmãs ainda crianças encontram uma faca de sua avó Donana e acontece um acidente, fazendo com que Belonísia perca um pedaço da língua. Esse acidente as aproxima e Bibiana se torna a voz da outra irmã. Esses primeiros capítulos contam o crescimento dessas irmãs e como seu pai, Zeca Chapéu Grande era importante na fazenda, visto que ele era curador de jarê¹ (prática religiosa de matriz africana presente exclusivamente na região da Chapada Diamantina), sendo muito respeitado por todos que viviam ali.

Meu pai era respeitado pelos vizinhos e filhos de santo, por seus patrões e senhores, e por Sutério, o gerente. Era o trabalhador citado como exemplo para os demais, nunca se queixava, independente da demanda que lhe chegava. Por mais difícil que fosse, arregimentava os vizinhos e trabalhava

¹O Jarê é definido por Paulo Alves e Míriam Rabelo (2009) como um tipo de candomblé rural bastante sincrético que se desenvolveu na Chapada Diamantina, Bahia. “A autoridade máxima no jarê está concentrada nas mãos de indivíduos, principalmente homens, conhecidos como pais/mães-de-santo, entendidos ou mais popularmente, curadores” (RABELO; ALVES, 2009, p.3).

para entregar o que lhe foi encomendado com o esmero que lhe era creditado (VIEIRA JUNIOR, 2019, p.53).

Por esse trecho, é possível notar como o Zeca Chapéu Grande aceitava a vida que levava e se esforçava para fazer seu trabalho, mesmo que as condições fossem precárias, porque pelo menos ele tinha um lugar para morar com sua família e o que comer, além de respeito na comunidade. Ele também trazia outras famílias para trabalhar e morar em Água Negra e uma dessas famílias era a do irmão de Salu, o Tio Servó. Ele veio com a esposa Hermelina e seus filhos. Um personagem importante na história é um desses filhos, o primo Severo. Desde jovem, Severo tinha uma mente revolucionária, muitos sonhos e planos, dizia que não queria ficar para sempre sendo empregado da fazenda e no final do primeiro ato, Bibiana e Severo fogem juntos em busca de uma vida melhor, para ajudar a família que ficou em Água Negra.

A segunda parte, Torto arado, tem 108 páginas e 24 capítulos, sendo a maior das três partes. Quem narra é Belonísia, personagem que gosta de se dedicar ao trabalho na terra, e através dela é visto as paisagens e a vida que nelas acontece: “Diferente de Bibiana, que falava em ser professora, eu gostava mesmo era da roça, da cozinha, de fazer azeite e de despolar o buriti” (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 97). Nesses capítulos, o enredo gira em torno da vida de Belonísia adulta, relata que ela vai morar com Tobias (vaqueiro da fazenda), e como a situação se torna violenta, com o marido ficando cada vez mais agressivo. Além dela, sua vizinha Maria Cabocla também passa por uma situação parecida, pior, pois além da violência verbal, há violência física e preconceito com a origem indígena da amiga. Belonísia acaba por enfrentar o marido da vizinha. Portanto, esse ato apresenta um contexto de machismo, de violência contra mulher, de silenciamento, mas ao mesmo tempo de resistência, em que Belonísia enfrenta a opressão vivida. Mais tarde, Tobias falece e Belonísia finalmente consegue viver uma vida de paz na casa em que morava e cuidar do seu pedaço de terra.

Bibiana, que se tornou professora, e Severo, que participava dos sindicatos dos trabalhadores rurais, voltam para Água Negra. Gradualmente, eles se dão conta de que houve poucas mudanças na dinâmica da fazenda e que continuam naquele regime de servidão. Muitas pessoas da fazenda, principalmente os mais jovens, tinham começado a questionar a vida que levavam, desenvolvendo uma consciência política e se reconhecendo como grupo: “Não podemos mais viver assim. Temos direito à terra. Somos quilombolas” (VIEIRA JUNIOR, 2019, p.187).

Mais tarde, Zeca Chapéu Grande falece e a fazenda é vendida. O novo dono, Salomão, passa a implementar novas regras, como proibir o uso do cemitério. Os conflitos aumentam, porque apesar de sempre ter havido problemas, Zeca Chapéu Grande liderava os trabalhadores e mantinha todos unidos, numa relativa harmonia. Sua morte, a venda da fazenda e as novas proibições propiciam um contexto, correspondem a uma nova geração, fazendo com que Severo tomasse a frente do movimento e fosse contra as mudanças impostas pelo novo fazendeiro.

A última parte do romance, *Rio de sangue*, tem 59 páginas e 14 capítulos e é narrada pela encantada Santa Rita Pescadeira. Encantada é uma entidade do jarê, que tinha aparecido em outros capítulos, incorporada por dona Miúda, moradora antiga da fazenda. Em entrevista para Gama (2020), o autor Itamar Vieira Junior afirma que essa personagem existe na religião do jarê, sendo a única personagem “real” da história. “Santa Rita Pescadeira é uma Encantada que existe no Jarê. Mas durante a minha pesquisa não encontrei nenhuma informação sobre ela, apenas que existia. Entrevistei muita gente, inúmeras famílias e elas já não conheciam a Encantada” (Nova, 2020). Essas entrevistas foram realizadas para sua tese de doutorado, mas acabaram inspirando a sua escrita do livro, por isso, Itamar escolheu a encantada para narrar esse último ato, tentando reverter uma tendência de esquecimento das tradições. Dessa forma, esses últimos capítulos adquirem um caráter fantástico ou místico, visto serem narrados por uma entidade religiosa, em que ela transmite todo sofrimento que seu povo viveu até aquele momento em Água Negra.

Na reta final do livro, Severo é assassinado, com oito tiros, por ser o símbolo da resistência na fazenda. Não houve justiça, visto que a polícia concluiu o inquérito dizendo que Severo havia sido morto por causa de uma disputa de tráfico de drogas na região. Apesar disso, os trabalhadores resistiram e Salomão procurou a Justiça para pedir reintegração de posse das áreas “ocupadas” da fazenda e os moradores ficaram muito nervosos com a perspectiva de perda do lugar que sempre viveram e trabalharam. Enquanto aguardavam a decisão da Justiça, Salomão é encontrado morto, quase degolado. Os moradores de Água Negra se tornam os principais suspeitos, porém Salomão era dono de outras fazendas onde também havia conflitos, por isso o inquérito sobre sua morte foi inconclusivo. Com o passar do tempo, funcionários de órgãos públicos foram ouvir os moradores num processo de reintegração de posse. “Tudo permanecia incerto, não havia prazos para a solução do

problema, mas aquela movimentação indicava que a existência de Água Negra já era um fato. Não eram mais invisíveis, nem mesmo poderiam ser ignorados” (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 257). No final do livro, Santa Rita Pescadeira narra que ao longo das noites se apropriou do corpo de Bibiana para cavar uma cova e criar uma armadilha e depois ocupou o corpo de Belonísia, que desferiu o golpe contra Salomão. Portanto, a vingança foi feita pela Santa Rita Pescadeira e pelas irmãs, ainda que não tivessem a consciência de que foram usadas. As três personagens (a busca pela educação, a expressão da força telúrica e o fluxo místico da ancestralidade) unidas, conseguem lutar pelo acesso à terra.

Torto Arado é um livro atemporal que certamente vai se tornar um clássico brasileiro, visto que esse romance fala sobre a realidade brasileira que é apagada, que o autor chama de o “Brasil profundo”, longe dos grandes centros. Em apenas 264 páginas, Itamar Vieira Junior expressa temas como o legado da escravidão, o direito à terra, a seca, a violência, os conflitos no campo, a religião jarê de matriz africana, a ancestralidade, os quilombolas, o machismo, o racismo, a desigualdade social etc. E tudo isso dando voz a três narradoras que dão perspectivas diferentes para a história, mas que mostram a força feminina num contexto de exploração. Além disso, a paisagem em suas dinâmicas e outros elementos naturais são apresentados de forma integrada à narrativa.

5.2 O AUTOR

Itamar Rangel Vieira Junior (Figura 4) nasceu em 06 de agosto de 1979, em Salvador, Bahia. É graduado e mestre em Geografia e doutor em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

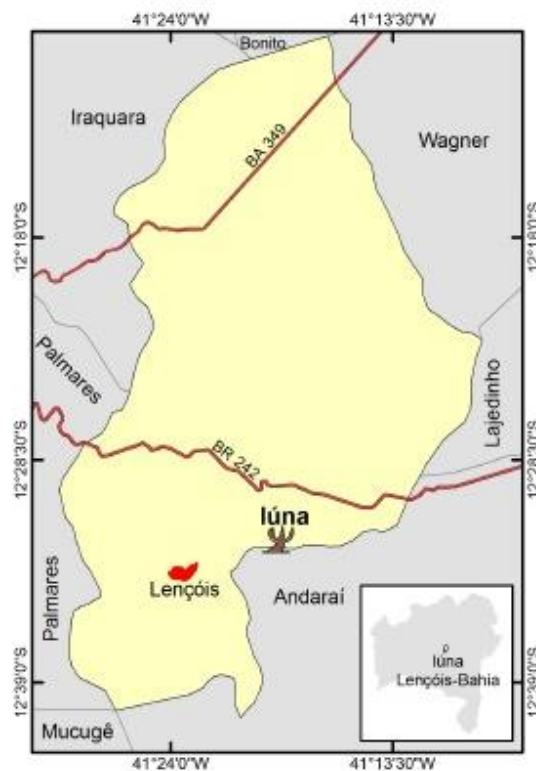
Figura 4 - O autor Itamar Vieira Junior



Fonte: El País Brasil (2021).

De acordo com a entrevista concedida em 2021 para os representantes do Sindicato Nacional dos Peritos Federais Agrários (SindPFA), Itamar, desde 2006, é analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), tendo trabalhado até 2009 no Maranhão e, em seguida, na Bahia, no Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas. Dessa forma, ele atua diretamente com conflitos de terra e populações tradicionais. A partir do trabalho desenvolvido no INCRA, ele se aproximou da comunidade quilombola de Luna (Figura 5), situada em Lençóis, na Chapada Diamantina, Bahia. Isso resultou em sua tese de doutorado intitulada “Trabalhar é tá na luta”: vida, morada e movimento entre o povo da Luna, Chapada Diamantina (SindPFA, 2021).

Figura 5: Localização de luna no município de Lençóis



Fonte: Vieira Junior, 2017, p. 72.

Segundo reportagem do El País Brasil (2021), a história de Torto Arado é bastante antiga, visto que com 16 anos, influenciado pelos romances regionalistas de Graciliano Ramos, Jorge Amado e Rachel de Queiroz, o autor escreveu as primeiras 80 páginas da obra. A trama era a mesma: história de duas irmãs, a relação com os pais e com a terra; entretanto, o manuscrito se perdeu durante uma mudança da família. Felizmente, Itamar nunca perdeu a vontade de contar essa história e anos depois, com suas experiências teóricas e práticas como geógrafo e funcionário do Inca, retomou a escrita do livro Torto Arado, estimulado pelo contato direto com a realidade do campo. Ao ler sua tese de doutorado, é possível observar como muitos elementos se aproximam do romance. Luna significa água negra em tupi e situa-se entre os rios Utinga e Santo Antônio, os mesmos da fazenda. Além disso, Viração existe e Itamar dá o mesmo nome para o cemitério do livro. Por isso, a localização da fazenda Água Negra seria a mesma da comunidade de luna. Então as características naturais e culturais de luna são representadas em Torto Arado. De acordo com Mattos (2021, p. 57), o autor

utiliza as transcrições das histórias de vida dos luna como matéria-prima para criar o ambiente, o cotidiano e os personagens centrais de sua ficção; se faz

valer, inclusive, da oralidade das narrativas para caracterizar o estilo da linguagem; por fim, recria ficcionalmente as vivências comunitárias, convivendo com suas personagens transportadas para esse universo criativo.

Ou seja, ele usou seu trabalho científico, criando *Torto Arado*, dando visibilidade a narrativas negras e a luta pela terra.

Itamar Vieira Junior além desse romance, tem volumes de contos publicados como *Dias* (2012), *A Oração do Carrasco* (2017) e *Doramar ou a odisseia: histórias* (2021).

5.3 A FORTUNA CRÍTICA DE TORTO ARADO

Fortuna crítica é uma expressão que se refere aos estudos de natureza acadêmica voltados a uma obra ou autor específico, no nosso caso, voltados ao livro *Torto Arado*. Publicada no Brasil em 2019, a obra começou a fazer sucesso no final de 2020. Dessa forma, houve muitas publicações acadêmicas acerca do livro a partir disso, principalmente resenhas críticas. Entretanto, nesta pesquisa foram selecionados uma lista de dez trabalhos em português, dentre os quais, um foi publicado em periódico português, sete que foram publicados como artigos em periódicos brasileiros, um artigo publicado em anais de evento do XIV ENANPEGE e um trabalho de conclusão de curso, sobre “Proposta tradutória de expressões regionais que refletem fenômenos sociais” na obra em questão. A seguir há um quadro organizando os trabalhos acadêmicos que abordam a obra *Torto Arado*.

Quadro 3 - Trabalhos sobre a obra Torto Arado do escritor Itamar Vieira Jr

Autor (a,s)	Título	Objetivo	Resultados/Conclusões
Paula Vitória Sousa da Costa Cândido; Elisa Andrade Costa	TRADIÇÃO E AMOR À TERRA: SÍMBOLO DE RESISTÊNCIA NA OBRA “TORTO ARADO” DE ITAMAR VIEIRA JUNIOR	A presente pesquisa aborda a trajetória da construção de cidadania gradativa que ocorre na obra Torto Arado, de Itamar Vieira Junior. A partir da análise da narrativa em seus aspectos estruturais e semânticos, é possível compreender os legados deixados pela escravidão e vigentes ainda no século XX, quando se passa a história.	A obra revela um Brasil invisível distante do espaço urbano, cujos habitantes sofrem o desamparo diante do opressor. A naturalização da condição subserviente percorre gerações, mas em dado momento, alguém percebe o problema. Sempre haverá quem chame a atenção dos demais sobre a condição de injustiça e esse é o grande valor da obra. Embora a narrativa se passe no século XX, atualiza a discussão em torno da escravidão contemporânea em vários locais afastados dos grandes centros em que adultos e crianças servem de mão de obra pesada e barata.
Dênis Moura de Quadros	A CONSTRUÇÃO DAS PROTAGONISTAS AFRO-BRASILEIRAS EM TORTO ARADO (2019), DE ITAMAR VIEIRA JÚNIOR	A construção dessas personagens na Literatura Brasileira traz as reminiscências do período colonial como podemos destacar do Dicionário de personagens afro-brasileira (2010), organizado por Licia Soares de Souza e que conta com mais 60 personagens sendo 17 personagens femininas. Para tanto, Eduardo de Assis Duarte (2010) pontua cinco características que demarcam a Literatura afro-brasileira: tema, autor, ponto de vista, linguagem e leitor pressuposto, o que nos permite alocar o romance que conta a história de uma família negra que vive em um ambiente análogo ao da escravização relatada por mulheres negras entremeando palavras do vocábulo local.	Bibiana, Belonísia e Santa Rita Pescadeira transitam entre os estereótipos presentes na literatura brasileira e levantadas no Dicionário de personagens afro-brasileiros (2010) retomando características comuns como, por exemplo, das mulheres negras e pobres, e rompendo com outros como o das mulatas, objetos de desejo, transmutando-as em corpos que desejam e não mais apenas desejados. Ainda, outras personagens femininas do romance demandam estudo como as gêmeas Crispina e Crispiniana ou Donana que rememorava as cenas do estupro da filha e do sumiço de Zeca, guardado na mata por um tigre. Ainda, Torto arado (2019) restaura as memórias da população afrodescendente e rasura a “História Oficial” pela voz narrativa de três mulheres negras fazendo ecoar as vozes-ecos de suas ancestrais.
Joelma de	RESISTÊNCIA DA	Este artigo discute a	Nota se que as mulheres

<p>Araújo Silva Resende; Margareth Torres de Alencar Costa; Maria Helena de Oliveira</p>	<p>MULHER NEGRA EM TORTO ARADO, DE ITAMAR VIEIRA JR.</p>	<p>opressão sofrida por mulheres negras no romance Torto Arado, de Itamar Vieira Jr. Sabe-se que a mulher tem sofrido, ao longo dos anos, violências decorrentes do contexto patriarcal em que vive. No caso da mulher negra, a violência vai além do sexismo: ela sofre discriminação por conta de sua cor e porque quase sempre é pobre.</p>	<p>negras de Torto Arado sofrem inúmeras violências, e que cada uma procura, a seu modo, utilizar as armas que possui para construir suas resistências.</p>
<p>Eliziane Navarro; Marcelo Ferraz de Paula</p>	<p>COBRIR E MOSTRAR A CARA: A RECUPERAÇÃO DO ROMANCE HISTÓRICO NO SÉCULO XXI EM TORTO ARADO DE ITAMAR VIEIRA JÚNIOR E FORMAS DE VOLTAR PARA CASA DE ALEJANDRO ZAMBRA</p>	<p>Este estudo visa analisar a possibilidade de recuperação do passado em dois contextos diferentes: a Ditadura Militar Chilena por meio da narrativa ficcionalizada da memória no romance Formas de voltar para casa, de Alejandro Zambra, de 2003, e a escravidão no Brasil reverberada na obra Torto Arado, de Itamar Vieira Júnior, de 2018. Dentro de suas especificidades, essas abordagens do discurso histórico, esteticamente organizado, reverberam a intenção máxima do romance histórico enquanto categoria, ao conceber a história como fator diretivo das ações dos personagens, de maneira a ter na formulação de uma consciência identitária, seu fim último.</p>	<p>Nos dois romances aqui analisados é possível perceber a história dos pais em confronto com a dos filhos, em meio a um processo de polarização ideológica tal qual aquele que outrora possibilitou o surgimento dos romances históricos. O posicionamento político em Zambra é motivo das brigas com os pais. Em Torto Arado, os movimentos na fazenda só começam, efetivamente, após a morte de Zeca Chapéu Grande, já que antes era preciso respeitar a gratidão que ele sentia pelos donos da terra. Essa polarização, representada pelas duas gerações frente ao sistema vigente – a dos pais, conformados, e a dos filhos, que agem movidos pelo desejo de mudanças – ultrapassa os limites da vida particular para, por meio da criação artística, alcançar a consciência social: escolher a neutralidade, o não agir, também é eleger um lado.</p>
<p>Joyce Fernandes</p>	<p>O LEGADO TRAUMÁTICO DA ESCRAVIDÃO EM TORTO ARADO</p>	<p>O presente artigo pretende analisar de que forma o trauma cultural é retratado no romance, a partir da definição de Alexander (2004) e Eyerman (2011; 2019). A partir da</p>	<p>Além da discussão sobre o legado da escravidão no país, o romance tem o potencial de gerar reflexão sobre os traumas gerados por ela, a partir da permeabilidade entre ficção e realidade. Dessa forma, a obra ocupa um espaço necessário de</p>

		<p>permeabilidade entre ficção e realidade que o romance apresenta, a análise propõe uma continuidade da discussão sobre o legado da escravidão no país e constitui uma tentativa de expandir a reflexão sobre os traumas gerados por ela, bem como os mecanismos de resistência e sobrevivência criados por essas comunidades a partir deles.</p>	<p>produção de conhecimento e imaginário afrodescendente na literatura brasileira. No caso específico de Torto Arado (2018), além do que já foi mencionado, também a estrutura narrativa polifônica, o recurso da sobreposição de vozes que repetem, retomam e acrescentam memórias individuais e coletivas, pode ser entendida como uma estratégia de construção de uma identidade cultural coletiva e do processo de trauma cultural.</p>
<p>Shirley de Souza Gomes Carreira</p>	<p>INSCRIÇÕES DO REAL EM TORTO ARADO, DE ITAMAR VIEIRA JUNIOR</p>	<p>O artigo objetiva a análise de Torto arado, de Itamar Vieira Junior, de modo a demonstrar que o romance produz efeitos sensíveis de realidade, apesar da presença de elementos insólitos, e paralelamente estabelece um diálogo entre o local e o universal. Para tanto, recorre ao conceito de realismo afetivo, postulado por Karl Erik Schøllhammer (2012), que identifica na literatura contemporânea, inscrições do real que se distanciam do realismo histórico e representativo dos séculos XIX e XX, que ele define como combinações entre representação e não representação.</p>	<p>Se, por um lado, o romance fixa o início da ação na década de sessenta do século XX e em um contexto rural, por outro, se permite migrar do local para o universal, ao retratar a servidão dos trabalhadores de Água Negra como espelhamento da exploração do homem do campo que persiste no mundo contemporâneo. As questões que Torto arado traz à baila não são, portanto, apenas de um tempo passado, pois estão bem presentes no Brasil de hoje e, como pontua Eurídice Figueiredo, falam ao mundo (FIGUEIREDO, 2020). Na escrita do romance, Vieira Junior distancia-se do paradoxo realista clássico que era inventar ficções que parecessem realidades, pois ele engendra realidades que parecem ficção.</p>
<p>Maria Clara Leadebal Celestino</p>	<p>A MÍMESIS COMO MEDIADORA ENTRE GEOGRAFIA E LITERATURA EM TORTO ARADO DE ITAMAR VIEIRA JUNIOR</p>	<p>Buscando repensar a relação entre Geografia e literatura, anteriormente apartadas pelo projeto de Modernidade, e entendendo que seus propósitos se distinguem, vislumbra-se a necessidade de um</p>	<p>A partir do que foi apresentado, é possível observar a riqueza de temáticas e abordagens geográficas dentro do livro Torto Arado. Com base nas metodologias apresentadas, estabelecemos nossas discussões para traçar de que forma a mimesis se estabelece</p>

		<p>mediador para sua aproximação. Para tal, será utilizado o conceito de mimesis de Luiz Costa Lima como um recurso para abordar o objeto desta pesquisa. Este é materializado pela obra literária Torto Arado de Itamar Vieira Junior, com texto caracterizado por uma riqueza tamanha que impactou o cenário artístico brasileiro. O autor e geógrafo possui uma trajetória acadêmica e profissional que enriquecem seu processo criativo, sendo ponto-chave de compreensão do caráter autêntico da obra. Neste sentido, Torto Arado traz abordagens geográficas a serem desvendadas neste texto, principalmente no que se refere ao papel da terra e a centralidade do corpo na narrativa.</p>	<p>na obra buscando então apontar o papel deste conceito na realização dessa escrita original, que impressiona críticos e leitores ao captar as raízes do Brasil, transformando-se em um denominado clássico contemporâneo por sua relevância que desde já parece atemporal. Demonstramos como a Terra e o Corpo admitem centralidade na narrativa e contribuem para o encantamento da experiência de leitura, aproximando a arte literária e a ciência geográfica e indo além de projetos modernos colonizadores.</p>
<p>Marcelo Cordeiro de Mello</p>	<p>DIÁLOGO INTERLITERÁRIO E ESCRITA METALITERÁRIA EM TORTO ARADO: LUTA POLÍTICA NO CICLO DA TERRA</p>	<p>Neste artigo, exploramos alguns aspectos do romance Torto Arado, de Itamar Vieira Junior, publicado em 2019. Iniciamos descrevendo o diálogo intertextual que o livro estabelece com a tradição literária em que se insere, especialmente, com o Regionalismo brasileiro e com o Realismo mágico latino-americano. Em seguida, explicitamos alguns aspectos metaliterários que estruturam a narrativa de Torto Arado. A partir da ideia do ciclo de vida e morte ligado à terra, discutimos o problema da luta política dentro do romance, e concluímos nosso artigo explorando</p>	<p>Podemos constatar que o trabalho análogo à escravidão ainda é encontrado tanto no campo quanto na cidade: o próprio romance sinaliza diretamente com a comparação das relações de trabalho do passado e do presente, ao recordar a profissão da “diarista de serviços domésticos, cuidando de crianças” (VIEIRA JUNIOR, 2019, III, 4). O livro lembra ainda o “preconceito no posto de saúde, no mercado ou nos cartórios da cidade” (VIEIRA JUNIOR, 2019, III, 10) também uma realidade ainda bastante presente. Um outro traço de Torto Arado que dialoga com a atualidade é a descrição de problemas ecológicos: a defesa do meio ambiente aparece atrelada à luta dos quilombolas, na medida em que suas terras, bem como as dos indígenas, costumam</p>

		<p>a forma como o romance dialoga com o tempo presente. Nossa abordagem tem por base, além do romance, também entrevistas concedidas pelo autor, e discussões teóricas e críticas sobre o Regionalismo e os personagens subalternos.</p>	<p>representar a maior conservação da natureza. O livro cita, por exemplo, o caso do rio que costumava ser abundante em peixes, “Mas a mineração trouxe muita areia para o leito” (VIEIRA JUNIOR, 2019, III, 6).</p>
Ricardo Mendes Mattos	O PROCESSO DE CRIAÇÃO DE TORTO ARADO: O AGENTE PÚBLICO, O CIENTISTA E O ESCRITOR	<p>Analisa-se o processo de criação da obra <i>Torto Arado</i>, a partir dos papéis sociais do brasileiro Itamar Vieira Junior como servidor público do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), cientista e escritor.</p>	<p>Conclui-se que Vieira Junior concebeu uma narrativa com o nome de <i>Torto Arado</i> em sua adolescência, mas foi a experiência como funcionário público e etnólogo na comunidade quilombola da lúna (Chapada da Diamantina, Bahia/Brazil) que ofereceu os elementos fundamentais do romance: a oralidade; o ambiente natural, <i>locus</i> da narrativa; a história do povoamento da região; o cotidiano comunitário; e, principalmente, a utilização das personalidades do lúna como personagens de <i>Torto Arado</i>.</p>
José Willames Pereira da Costa Filho	PROPOSTA TRADUTÓRIA DE EXPRESSÕES REGIONAIS QUE REFLETEM FENÔMENOS SOCIAIS, EM TORTO ARADO, DE ITAMAR VIEIRA JUNIOR	<p>Identificar e recortar as expressões de viés regional do livro <i>Torto Arado</i> (2018) que refletem fenômenos sociais, transpondo-as para o Espanhol e propondo uma adequação, buscando evitar, na medida do possível, a perda semântica no processo tradutório.</p>	<p>Foram selecionadas 10 expressões para levar a cabo o processo tradutório inverso. É plausível considerar que este trabalho confirmou a pertinência da realização desta análise, alcançando os objetivos iniciais. Sobretudo, porque o corpus faz parte do seletor grupo de obras de escritores requisitados, premiados, traduzidos. A expectativa é que estas propostas de tradução inversa cheguem ao conhecimento do autor, e sejam inseridas numa próxima tradução de <i>Torto Arado</i>. Eis um caminho a ser trilhado nesse processo, sendo norteado pela modalidade de tradução utilizada.</p>

Fonte: Elaborado pela autora (Pizzio, 2022).

Por se tratar de trabalhos do mesmo livro e de elementos, conceitos que já foram tratados nessa pesquisa ou que vão ser tratados posteriormente, os trabalhos não vão ser detalhados.

Neste levantamento de dados, foi identificado que os trabalhos foram publicados a partir de 2021 e que ainda não foram encontradas dissertações ou teses, seja pelo tempo de produção de um trabalho desta extensão ou pela demora da inclusão dos trabalhos defendidos nos repositórios das universidades. Já sobre a principal área de conhecimento dos trabalhos publicados, oito são da Letras, um da Psicologia e um trabalho da Geografia. Isso já era o esperado, visto que é comum o objeto de estudo na área da Letras, ser uma obra literária. Já o artigo de Psicologia, o autor Ricardo Mattos é doutor em Psicologia da Arte e conseguiu fazer uma relação significativa sobre a relação entre o escritor e o cientista, que foi discutida anteriormente nessa monografia. No caso da ciência geográfica, com um artigo sobre a relação Geografia e literatura, demonstra como essa temática está em crescimento e que, como foi dito no subcapítulo 5.1, esse romance tem muitos elementos que podem ser analisados. Observando a síntese dos trabalhos sobre Torto Arado (quadro 3) ainda há muito espaço para diversos tipos de produções em diferentes áreas.

5.4 A GEOGRAFIA E A LITERATURA DA OBRA

Torto Arado é um livro que traz os dois enfoques que Marandola Junior e Oliveira (2009) discutem: a espacialidade e a geograficidade. Essa obra pode ser vista que aspectos realistas e materiais, assim como simbólicos, sobrenaturais e imateriais se entrelaçam no romance. A obra aborda os fatos históricos, contando sobre o legado da escravidão através da oralidade de seus personagens e trazendo a estrutura social daquela época, relatando como era a vida pós-abolição. O texto é muito fluido ao relataras mudanças constitucionais dentro da história: após a Constituição de 1988, os quilombolas passam a ter direitos reconhecidos e a história muda completamente, já que os moradores vão se conscientizando e se impondo contra as proibições do dono da fazenda. Além disso, o livro tem muitas descrições da paisagem, que Itamar explorou na comunidade de Luna:

A geografia também é idêntica, apresentada em grande diversidade de outros elementos: os marimbus, como aspecto definidor da paisagem, com suas áreas alagadas e pantanosas; bem como os fenômenos naturais, como a importância da vazante dos rios para a vida

comunitária ou os prejuízos decorrentes da estiagem ou da seca prolongada (MATTOS, 2021, p. 52).

A fauna e a flora também são descritas, ou seja, o ambiente físico é importante para a história que está sendo narrada, já que os moradores são muito ligados a natureza para sobreviver.

No entanto, *Torto Arado* não desenvolve apenas a parte material do mundo, mas a imaterial também. A faca da avó Donana tem um grande simbolismo na história, porque ela vai desaparecendo e depois ressurgindo de geração a geração e sempre traz uma situação de resistência ou de violência. As práticas religiosas do jarê, com caráter místico, dão uma centralidade ao imaterial, visto que os encantados são entidades e uma delas até narra a história. Sendo assim, o livro muitas vezes foi enquadrado como realismo mágico, um subgênero latino-americano. Todavia, o autor diz que apenas escreveu sobre a realidade que ele observou na comunidade de Luna “Para mim, para meu editor ou para o leitor pode ser mágico. Mas para eles não é, é algo que faz parte do cotidiano” (NOVA, 2020). De qualquer maneira, muitos elementos parecem fazer parte de um mundo imaginário, como quando Zé Alcino (Zeca Chapéu Grande na juventude) viveu com uma onça e depois Donana via essa onça em Fusco, o cachorro. E toda a seção de Santa Rita Pescadeira é muito simbólica, porque é uma entidade narrando a história do seu povo e como está acontecendo a perda das memórias e tradições. Além disso, a parte de identidade quilombola é muito importante, porque aos poucos vai sendo (re)construída pela oralidade de quem vive em Água Negra. Da mesma forma, a afetividade pela terra é outro elemento muito forte dentro da obra, visto que a terra faz parte de todo o ciclo de vida e morte dessa história.

Em síntese, *Torto Arado* é uma obra geográfica, tanto nas dinâmicas sociais e territoriais, quanto nas descrições de paisagem. A partir da sua escrita da tese de doutorado, o autor conseguiu traduzir para as páginas do livro uma história de forma fluída, que qualquer pessoa pode entender e ficar fascinado. Isso explica o motivo de *Torto Arado* ter feito tanto sucesso, porque ele é a manifestação da resistência negra rural e quilombola e sua luta por uma vida digna. Mesmo nas partes com carga simbólica mais acentuada, o que está sendo narrado revela a concepção geográfica dos personagens, sua territorialidade, preocupação deste trabalho.

6 AS CATEGORIAS DE TERRITÓRIO EM TORTO ARADO

Voltando à análise de conteúdo, com a finalidade de circunscrever o conceito de território. A partir da leitura da obra selecionada, foram escolhidas quatro categorias: *casa*, *morte*, *religião* e *quilombolas*. Vale ressaltar que os trechos conversam entre si, uma vez que são retirados da mesma obra, entretanto foi fundamental dividi-los em categorias para melhor organização e interpretação dos dados coletados.

6.1 CASA

No que diz respeito ao território da casa, as unidades de registro escolhidas foram barro e alvenaria, ou seja, os tipos de casas que aparecem na obra. Foram identificados dez (10) trechos que contemplam essa categoria e estes estão expostos no Quadro 4.

Quadro 4 - Trechos de Torto Arado da categoria Casa

<p>Trecho 1 - O gerente queria trazer gente que “trabalhe muito” e “que não tenha medo de trabalho”, nas palavras de meu pai, “para dar seu suor na plantação”. Podia construir casa de barro, nada de alvenaria, nada que demarcasse o tempo de presença das famílias na terra. Podia colocar roça pequena para ter abóbora, feijão, quiabo, nada que desviasse da necessidade de trabalhar para o dono da fazenda, afinal, era para isso que se permitia a morada. Podia trazer mulher e filhos, melhor assim, porque quando eles crescessem substituiriam os mais velhos. Seria gente de estima, conhecida, afilhados do fazendeiro. Dinheiro não tinha, mas tinha comida no prato. Poderia ficar naquelas paragens, sossegado, sem ser importunado, bastava obedecer às ordens que lhe eram dadas. Vi meu pai dizer para meu tio que no tempo de seus avós era pior, não podia ter roça, não havia casa, todos se amontoavam no mesmo espaço, no mesmo barracão (p. 41).</p>
<p>Trecho 2 - Meu tio viajou no lombo de um burro, a mulher em outro, os filhos caminhando, se revezando na travessia para a montaria dos animais. Foram morar numa construção de alvenaria, uma casa vazia que abrigava os trabalhadores que chegavam. Era permitido que se hospedassem ali até a aceitação definitiva da morada, dada de acordo com a produtividade e a disposição para o trabalho da nova família. Se aceitos, destinava-se a eles uma parcela de terra para que pudessem construir a tão almejada casa e ter seu quintal e animais pequenos (p.42).</p>
<p>Trecho 3 - Quando me senti melhor do ferimento, comecei a construir uma nova casa. Não há como consertar as casas de barro, então o jeito é construir uma nova, em outra parte do terreiro. Era assim com todos que moravam na fazenda: enquanto fazíamos a nova, deixávamos a antiga tombar ali mesmo (p. 142).</p>
<p>Trecho 4 - Apesar das mudanças lentas, muitas interdições impostas pelos fazendeiros ainda existiam. O dinheiro não era usado para a melhoria das casas, que continuavam a ser de barro, não podíamos construir casa de alvenaria. Mas o povo começou a melhorar o seu interior: colchões de espuma para substituir os colchões de palha de milho, uma cama, mesa e cadeiras, remédios, roupas e alimentos. Panelas e colchas que os ciganos vendiam de tempos em tempos em nossas portas (p.155).</p>

Trecho 5 - Foi com as casas de **barro** e nossos corpos como mobília que venderam a terra a um casal com dois filhos. Acostumados que estávamos à longa posse da família Peixoto, fomos surpreendidos pela mudança e ficamos sem saber o que aconteceria a partir de então (p.176).

Trecho 6 - Em troca, poderia se construir uma tapera de **barro** e taboa, que se desfizesse com o tempo, com a chuva e com o sol forte. Que essa morada nunca fosse um bem durável que atraísse a cobiça dos herdeiros. Que essa casa fosse desfeita de forma fácil se necessário. Podem trabalhar — contavam nas suas romarias pelo chão de Caxangá —, podem trabalhar, mas a terra é dessa família por direito. Os donos da terra eram conhecidos desde a lei de terras do Império, não havia o que contestar. Quem chegasse era forasteiro, poderia ocupar, plantar e fazer da terra sua morada. Poderia cercar seu quintal e fazer roça na várzea nas horas vagas. Poderia comer e viver da terra, mas deveria obediência e gratidão aos senhores (p.183).

Trecho 7- Que havíamos trabalhado para os antigos fazendeiros sem nunca termos recebido nada, sem direito a uma casa decente, que não fosse de **barro**, e precisasse ser refeita a cada chuva. Que se não nos uníssemos, se não levantássemos nossa voz, em breve estaríamos sem ter onde morar. A cada movimento de Severo e dos irmãos contra as exigências impostas pelo proprietário, as tiranias surgiam com mais força (p.197).

Trecho 8 - Numa manhã nublada, de calor abafado, o céu quase branco, Salu lembrou que guardava o pedaço do bilhete que Sutério tinha dado a meu pai havia mais de setenta anos. Seria bom juntar uma cópia aos documentos, haviam decidido na última reunião. Era um bilhete num papel manchado que Zeca guardou junto com outros documentos, num envelope pardo, quase desfeito pelo tempo. Me lembro do dia em que Bibiana o abriu com cuidado, quando nosso pai pediu que lesse, para que todos tomássemos conhecimento sobre qual era nossa situação na fazenda. Quando Bibiana terminou de ler, eu mesma fiz questão de conferir: “Esteve aqui o sr. José Alcino pedindo uma morada eu dei a ele lá na beira do rio Utinga e disse a ele que tem que trabalhar nas roças da fazenda e pode levantar **casa** de barro, proibido casa de tijolo” (p. 199)

Trecho 9 - Foi o suficiente para Severo lembrar que havia muito existia uma demanda por melhoria das casas de **barro** dos moradores, precárias, que poderiam ruir ou ser fonte de doenças. Era preciso construir com materiais mais duradouros. Uns concordavam, outros não. Diziam que se a terra era do dono, ele é que poderia dizer o que poderia ser feito. Sempre havia sido assim. Não havia motivos para mudar agora. Outros estavam cientes de seus direitos (p. 212).

Trecho 10 - Fazia algum tempo que os moradores decidiram levantar suas casas com materiais duráveis. Aconteceu antes da morte de Salomão. Era um desejo antigo, sufocado pelos interditos. Queriam ter casas de **alvenaria**. Queriam moradas que não se desfizessem com o tempo e que demarcassem de forma duradoura a relação deles com Água Negra (p. 255).

Fonte: Vieira Junior (2019, grifo nosso). Elaborado pela autora (2022).

Essa categoria é uma das primeiras que se mostra na obra, visto que desde o começo é salientado que eles não podem construir casa de alvenaria, apenas de barro (Trecho 1 do quadro 4). Além disso, a casa é o primeiro elo que as pessoas têm, visto que é nela que vivemos e passamos a nossa vida, nos territorializamos. Segundo Vieira Junior (2017, p.267), “A casa é essa primeira porção do mundo em que vivemos a partir do conceito de território. É delimitada – possui paredes, é chão onde se desenvolve a vida – como a terra; está sob a jurisdição do morador”. No livro, as famílias têm suas casas, mas são repetidamente lembradas que só estavam ali de favor e que nada era duradouro pois como o próprio livro traz não havia como consertar casas de barro, era necessário construir em outra parte do terreiro (Trecho

3 do quadro 4). A proibição de construir casas de alvenaria é uma estratégia dos senhores da terra para impedir a fixação de marcos que possam levar a reivindicações usucapião pela existência de benfeitorias. Segundo Souza (2000), os territórios podem ter escalas temporais diferentes com uma natureza cíclica, a exemplo disto está o barro, visto que de tempos em tempos ele se desmanchava e com essa mesma terra se construía outra casa. Com isso, observa-se que os donos da terra, não queriam que as famílias que viviam ali fixassem seu território, porque uma casa de barro sofre muito com os eventos climáticos e com o próprio tempo, então é uma constante impermanência.

Entretanto, com o tempo alguns moradores começaram a perceber que a vida naquela fazenda não tinha muitas mudanças e, principalmente, Severo que participava de sindicatos, trazia muita discussão sobre melhorias das moradias, ele organizava o povo para lutar pelos seus direitos (trecho 7 do quadro 4). Segundo Raffestin (1993), o território é definido a partir das relações de poder e isso é explícito em Água Negra, onde há o dono da terra (dominação) e quem vive na terra (resistência). Ademais o autor aponta que onde há poder há resistência (RAFFESTIN, 1993). Consequentemente, isso traz conflitos entre essas duas forças opostas (dominação e resistência). Entretanto, a violência pode ser usada como recurso dessa dominação, sendo o medo um instrumento para tentar silenciar as pessoas, como aconteceu com a morte de Severo.

Apesar desses atos de violência e medo, os trabalhadores ainda tinham o desejo das suas casas de alvenaria e vários moradores começaram a construir as suas, de modo que a paisagem da fazenda foi mudando (Trecho 10 do quadro 4). O dono, Salomão, não gostou da "desobediência" dos trabalhadores, porque era uma regra explícita que apenas poderiam fazer casas de barro. Como resultado, Salomão procurou a justiça pedindo reintegração de posse de todas as áreas ocupadas da fazenda. Segundo Sack (2013, p.81), "transgressões de territorialidade serão punidas e isso pode envolver outras ações não territoriais e territoriais". Nesse caso, por causa da violação de suas regras, o proprietário da fazenda recorreu a uma ação judicial. Houve muita agitação por causa disso, visto que, conforme Leite (1991), no campo a terra é a morada e o meio de subsistência, então ela é fundamental para a existência do grupo.

6.2 MORTE

Na categoria morte, a unidade de registro era **Viração**, que é o nome do cemitério da fazenda Água Negra, onde enterravam seus mortos. Foram identificados seis (6) trechos que contemplam essa categoria.

Quadro 5 - Trechos de Torto Arado da categoria Morte

<p>Trecho 1 - Aquele foi o último enterro realizado na Viração por muito tempo. Não que não houvesse morrido mais gente, mas porque a fazenda foi vendida meses depois da morte de meu pai. Os herdeiros da família Peixoto envelheceram, e os seus filhos e netos não queriam continuar com a propriedade Água Negra. Os mais velhos nos conheciam, mas os mais novos nem sabiam quem éramos, embora não tivessem dúvida de que se tratava de um problema para seus negócios (p.176).</p>
<p>Trecho 2 - Agora o novo dono, que construiu uma casa bonita e vistosa para morar na beira dos marimbus, mandou um novo gerente, depois de Sutério se aposentar, dizer que não poderíamos mais sepultar ninguém na Viração. Que era crime contra as matas. Contra a natureza. Que o cemitério estava próximo ao leito do rio. Que na cidade tinha cemitério e que a prefeitura garantia o transporte do morto para lá. Os mais jovens não viram muita diferença em enterrar os mortos na cidade ou na Viração. Mas para os mais velhos aquela interdição era uma ofensa. A Viração existia havia mais de duzentos anos, era o que contavam. As mulheres diziam em suas conversas que só saíam de suas casas, só se recolheriam de suas vidas, para a Viração. Que não haveria conversa nem interdito, que não abriam mão de serem sepultadas naquele chão. Não abdicariam do destino de serem enterradas ao lado de seus parentes e compadres. Queriam estar à volta de compadre Zeca, assentado bem no meio daquele quadrado de terra seca, com metade do terreno cercado por um muro de um metro, enquanto a outra metade estava cercada pela caatinga. “Daqui só saio para a Viração”, foi o que mais ouvimos naqueles dias que anunciaram o interdito (p. 179).</p>
<p>Trecho 3 - Por sorte, ninguém morreu naquele primeiro ano. Mas também ninguém se tranquilizou com o que estava por vir. Aquela mensagem dizia muito mais sobre nossas vidas do que sobre a morte em si. Se não pudéssemos deitar nossos mortos na Viração era porque, em breve, também não poderíamos estar sobre a mesma terra (p. 180).</p>
<p>Trecho 4 - Ele não comentava, mas continuou a indagar sobre as mesmas questões, continuava a expor suas ideias. Dos mais velhos ouviu os mesmos argumentos defendidos por Zeca. Dos mais novos ouviu que seus questionamentos faziam sentido, que seus pais, avós, morreram sem possuir nada. Que o único pedaço de terra a que tinham direito, de onde ninguém os tiraria, era a pequena cova da Viração. Que para aposentar era uma humilhação, pedir documento de imposto ou da terra para os donos da fazenda. Os homens se “amarravam” para entregar alguma coisa, além de explorar o trabalho sem pagamento dos que iam se aposentar. Às vezes chegava o dia de ir para a Previdência e o povo não havia conseguido reunir os documentos de que precisava (p. 186).</p>
<p>Trecho 5 - Fazia tempo que não enterravam ninguém na Viração. O portão estava fechado por determinação de Salomão, o dono que sucedeu a família Peixoto. Alguém se lembrou de perguntar a Bibiana para onde ela queria que o corpo fosse levado. Queria que o marido fosse para a Viração, para descer ao lado de Zeca Chapéu Grande. Os irmãos e Zezé carregaram o corpo pelo caminho de terra. Belonísia seguiu atrás unida aos sobrinhos. Hermelina caminhava amparada por Servó e pelas filhas. O pequeno portão estava cerrado com corrente e cadeado. Pararam a marcha para decidir o que fazer. Bibiana, que passou quase todo o velório sem falar, pediu que o cemitério da Viração fosse aberto, num tom de voz que muitos não conseguiram escutar. Seguiram o que julgavam ter ouvido. Foram muitas mãos agitadas sacudindo o portão velho, como muitos antepassados haviam agitado o corpo para fugir dos castigos e grilhões do cativo. O portão tombou no chão como uma corrente se desfazendo no ar (p. 209).</p>
<p>Trecho 6 - Querem desonrar Severo, porque desonrando seu nome enfraquecem nossa luta. Querem proteger os poderosos. Querem nos calar, nos retirar daqui a qualquer custo. Querem nos dobrar, mas</p>

não vergaremos. Querem que a gente levante, carregando nossas coisas, e deixe a fazenda. Para onde? Não interessa. Queimaram nosso galinheiro, soltaram animais para destruir nossas roças. Quiseram impedir a pesca com a desculpa de que era para proteger os rios. Como se não fosse a gente que cuidasse das coisas. Como se não fôssemos parte de tudo isso. Estivesse tudo isso nas mãos de garimpeiro ou fazendeiro, estaria destruído. Até proibir de enterrar nossos mortos na **Viração** tentaram. Mas não irão nos dobrar. Não deixaremos Água Negra (p. 221).

Fonte: Vieira Junior (2019, grifo nosso). Elaborado pela autora (2022).

O cemitério da Viração é um grande destaque também na história, visto que ele sempre existiu na memória de quem morava na fazenda e era onde enterravam todos os seus amigos e familiares no mesmo lugar. Dessa maneira, quando a fazenda foi vendida, os novos donos não queriam mais que os moradores enterrassem seus mortos na Viração, usado como desculpas que era devido ao meio ambiente (Trecho 2 do quadro 5). É significativo o novo dono usar isso como uma desculpa, visto que os moradores tinham uma relação muito forte com a natureza em que viviam e como Haesbaert e Limonad (2007) apontam, dependendo do grupo social, a sua relação com a natureza pode ser fundamental na definição do seu território. Este é o caso de Água Negra, visto que no decorrer do livro é explorado como a terra, as árvores, os rios são fundamentais para sua sobrevivência.

Além disso, é possível observar que, apesar de sempre ter havido inúmeras interdições, o que de fato desencadeou a maior objeção dos moradores de Água Negra foi essa proibição (Trecho 2 do quadro 5), porque a Viração era algo importante para eles, era uma tradição que eles tinham certeza que sempre iria continuar. Segundo as concepções de Haesbaert (2003) sobre território, o cemitério da Viração é uma concepção cultural, porque traz essa dimensão simbólica da apropriação, onde as pessoas cultuam seus mortos, fazem seus rituais e prestam suas homenagens e, no caso da Viração, é uma herança da “morte” ser enterrado com quem se passou a vida. Visto dessa maneira, é uma proibição que fere a territorialidade dos moradores de Água Negra.

Após os conflitos por todas essas novas proibições, infelizmente, Severo foi morto e Bibiana, sua esposa, queria enterrar seu marido na Viração como a tradição, porém o cemitério da Viração estava fechado (Trecho 5 do quadro 5). Segundo Sack (2013), o território também é usado para excluir e o portão do cemitério cerrado com corrente e cadeado é um exemplo perceptível de como essa territorialidade estava sendo exercida. Apesar disso, o povo de Água Negra se opôs a esse fechamento, derrubando o portão de acesso e enterrando Severo onde se esperava que fosse seu destino quando morresse.

6.3 RELIGIÃO

As unidades de registro da categoria religião foram jarê, encantada e encantados e foi a categoria com mais trechos, sendo dezoito (18) identificados.

Quadro 6 - Trechos de Torto Arado da categoria Religião

<p>Trecho 1 - Não eram hóspedes, visitas ou convidados. Eram pessoas desconectadas de seu eu, desconhecidas de parentes e de si. Eram pessoas com encosto ruim, conhecidos e também desconhecidos de todos. Eram famílias que depositavam suas esperanças nos poderes de Zeca Chapéu Grande, curador de jarê, que vivia para restituir a saúde do corpo e do espírito aos que necessitavam. Desde cedo, havíamos precisado conviver com essa face mágica de nosso pai. Era um pai igual aos outros pais que conhecíamos, mas que tinha sua paternidade ampliada aos aflitos, doentes, necessitados de remédios que não havia nos hospitais (p.33).</p>
<p>Trecho 2 - Com a chegada do tio, ganhamos um tocador de píforo para alegrar as festas de santos, porque as festas dos encantados eram dominadas pelos atabaques. Por muitos anos, a música do píforo de nosso tio dominou nossas celebrações e as mais distantes, quando viajávamos para festejar são Francisco e outros santos de nossa estima nos povoados de Remanso e Pau-de-Colher (p. 44).</p>
<p>Trecho 3 - No dia de são Sebastião, santo de devoção de nosso pai e celebrado na sua data de nascimento, havia a maior festa, a que mais agregava gente e a que mais trazia devotos de fora da fazenda. Muitos vinham de longe para seguir os rituais da brincadeira para festejar com bebidas e comidas as dádivas que haviam recebido dos encantados (p. 44-45).</p>
<p>Trecho 4 - Cresci em meio às crenças de meu pai, de minha avó, e mais recentemente de minha mãe. Os objetos, os xaropes de raízes, as rezas, as brincadeiras, os encantados que domavam seus corpos, tudo era parte da paisagem do mundo em que crescíamos (p. 59).</p>
<p>Trecho 5 - Foi na noite de santa Bárbara, em dezembro, e meu pai, apesar de suas obrigações nas brincadeiras de jarê, havia acordado mal-humorado, com respostas lacônicas às perguntas que lhe faziam. Só os mais próximos, como nós, sabíamos o porquê do desconforto visível em seus gestos. No fim da tarde, dona Tonha trouxe, numa caixa antiga, adornos de encantada que meu pai vestiria à noite, depois da ladainha e à medida que os espíritos chegassem e lhe tomassem o corpo para se fazerem presentes. Na caixa estavam guardadas as roupas de santa Bárbara, lansã, a dona da noite, lavadas e passadas desde a última vez que Zeca a havia vestido. A repulsa pelas vestes era tanta que a roupa não era guardada no quarto dos santos como as demais, mas na casa de Tonha, ela mesma cavalo para a encantada nas noites de jarê (p.62-63).</p>
<p>Trecho 6 - E não foi com espanto que vi naquela noite, antes de todos os outros encantados chegarem e se abrigarem no seu corpo, santa Bárbara girar, gritar e parar com sua espada apontada para o prefeito, a quem fez honras, como se cumprimentasse um monarca, mas também como se se dirigisse a um súdito, para lhe pedir, na frente da audiência, que cumprisse a promessa feita no passado — e que não me recordo de sabermos — de construir uma escola para os filhos dos trabalhadores. O prefeito olhou desconcertado, esboçando um sorriso sem graça, quando se viu diante do olhar das quarenta famílias que moravam em Água Negra. Quase compassivo, recordando das graças e temendo a má sorte que teria, dependendo do esforço empreendido para realizar a ordem dada pela encantada, aquiesceu (p. 66).</p>
<p>Trecho 7- Foi naquele período, nas festas de jarê que continuavam a acontecer, mais modestas, mas na esperança de se mobilizar o panteão de encantados para que trouxessem a chuva e a fertilidade à terra, que apareceu uma misteriosa encantada, de quem nunca havíamos ouvido falar. Nada se sabia sobre ela entre os encantados que corriam de boca em boca, muito menos havia sido vista se manifestar nas casas de jarê da região (p.80).</p>

Trecho 8 - Quando ela se anunciou como Santa Rita Pescadeira, os tambores silenciaram e uma comoção tomou conta dos presentes. Era possível distinguir os questionamentos no meio da audiência, se a **encantada** de fato existia ou não, e por que até então não havia se manifestado, já que aquele **jarê** era tão antigo quanto a fazenda e os desbravadores daquela terra. Naquele momento, com a roupa rota que vestia, mas com um véu antigo e esgarçado lhe cobrindo a cabeça, ouvimos sua voz fraca, quase inaudível, entoar uma cantiga, “Santa Rita Pescadeira, cadê meu anzol? Cadê meu anzol? Que fui pescar no mar”. A **encantada**, apesar da idade de dona Miúda, dava giros hábeis na sala, ora como se jogasse uma rede de pesca no meio de todos, ora correndo em evoluções como um rio em fúria. Alguns pareciam estar perplexos e querendo desvendar o mistério da aparição. Outros sorriam, talvez incrédulos, achando que a velha Miúda havia enlouquecido e precisasse dos cuidados de meu pai (p.80).

Trecho 9 - No meio das evoluções, enquanto o fiapo de voz da velha entoava a canção que parecia ter sido composta ali mesmo para a ocasião, ela segurou meu braço com força. Não tentei me desvencilhar, estava acostumada com a presença dos **encantados** nas brincadeiras de **jarê**. Era a casa de meu pai, o curador Zeca Chapéu Grande, e havia crescido entre loucos e preces, entre gritos e xaropes de raiz, entre velas e tambores. A simples presença de um encantado que eu não conhecia não seria capaz de me intimidar, fosse uma real manifestação do encanto ou da loucura. Os olhos de dona Miúda estavam turvos por trás do véu, cinza, quase brancos. Talvez fosse a catarata. Mas ela disse algo muito íntimo, que eu não podia explicar, mas sabia bem o que poderia ser (p. 80-81).

Trecho 10 - Não deixou São Sebastião sem festa, ainda que os **encantados** que o acompanharam por toda a vida não o tomassem como cavalo. Ainda que as palmas, as cantigas e os sons dos atabaques não fossem mais capazes de tirar de seu corpo a dança ágil, nem mesmo o fizessem levantar de sua cadeira. Seus filhos e filhas, que eram tão numerosos quanto o junco que crescia na várzea, não conseguiam tirá-lo da cadeira, nem eram capazes de fazer com que reagisse aos cantos. Dona Miúda esteve presente com Santa Rita Pescadeira, lançando redes no ar. Mas meu pai permaneceu todo o tempo fumando seu cachimbo, com o olhar vago, mirando muito além das danças na sala, para logo após os convidados comentarem sobre a debilidade de Zeca Chapéu Grande, no terreiro em frente, no caminho de volta para suas próprias casas, nos dias que se seguiram à festa (p.159-160).

Trecho 11 - Donana tentou de todo jeito fazer com que o filho retornasse do encanto. Deu-lhe xarope de raízes, consultou o curador João do Lajedo, conversou com outros curadores, e todos diziam que não havia muito a fazer, que ela estava em dívida com os **encantados** porque se negava a cumprir sua missão na terra. Donana não se sentia capaz para tanto sacrifício. Por isso rezava, acendia vela dia e noite, muitas se apagavam antes de queimar por completo, sinal de que suas intenções não estavam sendo consideradas (p.168-169).

Trecho 12 - Sou uma velha **encantada**, muito antiga, que acompanhou esse povo desde sua chegada das Minas, do Recôncavo, da África. Talvez tenham esquecido Santa Rita Pescadeira, mas a minha memória não permite esquecer o que sofri com muita gente, fugindo de disputas de terra, da violência de homens armados, da seca. Atravessei o tempo como se caminhasse sobre as águas de um rio bravo. A luta era desigual e o preço foi carregar a derrota dos sonhos, muitas vezes (p.212).

Trecho 13 - Inácio não tinha muitas respostas para as preocupações que vinham dos medos da irmã. Tudo que sabia tinha origem nas crenças dos **encantados** das avós Salu e Hermelina. Vinha da fé de seus pais, não muito diferente da que as avós haviam lhe apresentado. Tudo que sabia tinha maior influência de sua avó materna, pelo convívio com o mundo dos **encantados**, por estar desde muito cedo ao lado de um curador (p.213).

Trecho 14 - O povo a achincalhava, sem se lembrar da **encantada**. Sem recordar que fui o acalanto das noites de quem vagava fugindo da ruindade. Mas dançava, lançava a rede e os braços corriam soltos no ar, como o rio bravo das cheias. Minhas forças alcançavam os que necessitavam. O pai do pai do seu pai acendeu uma vela para que curasse a febre do filho do seu senhor, numa noite de lua minguante. A mãe da mãe de sua mãe cantou uma cantiga para Santa Rita Pescadeira, em dias de fuga e desespero. Me alegro e me entristeço nessa dança antiga (p.225).

Trecho 15 - Levaram um pastor de igreja, dias depois, para celebrar um culto. A intenção era reunir alguns poucos moradores que frequentavam eventualmente igrejas no dia de feira na cidade e já tinham seu rol de orações e pecados. Era costume de quase todos participar das cerimônias ou viajar para as

romarias, mas era a primeira vez que se celebrava algo que não o **jarê** dentro da fazenda. Depois da morte de Zeca Chapéu Grande, quem pôde foi para outra casa de **jarê**, procurar um novo curador para retirar a mão do velho e colocar a nova sobre a cabeça. Nos últimos anos, depois do fim das celebrações de **jarê** na fazenda, duas famílias haviam se convertido ao evangelismo, mas continuavam a conviver com as demais sem conflitos aparentes, ainda que renegassem, em privado, as práticas antigas (p. 226).

Trecho 16 - O pastor, um homem que falava alto como se estivesse sempre pregando para uma multidão, começou a falar sobre as imagens de santos depois de ver o pequeno altar da casa. Belonísia bateu os pés, impaciente, com o rosto transtornado pela presença dos dois. Estava com metade do corpo atrás da porta, alerta para fechá-la à primeira ofensa. O homem falava enquanto Estela sorria sem graça, prevendo o fracasso de sua intervenção. Até que ela tomou a palavra. Falou que ali se praticou **jarê** por muito tempo. Que dona Salu tocava tambor, mas que agora todos precisavam ouvir a palavra de Deus (p.228-229).

Trecho 17 - A faca não se prestou a nenhuma das destinações a que sua guardadora havia se proposto de início. Nem vendida a mascate, nem deixada de herança para a família. Bem, foi assim que ela pensou, depois de ver uma das netas perder a língua. Deus não a havia perdoado. Pior, havia ferido a carne de sua carne, a neta por quem zelava, rezava contra quebranto e mau-olhado. As netas a quem planejava ensinar os segredos dos **encantados**, como havia ensinado ao seu filho mais velho. Não para que fossem curadoras, queria antes que fossem livres, até mesmo das obrigações que a seguiram por toda a vida. Queria ensinar os mistérios dos feitiços e dos **encantados** para os problemas diversos. Queria ensinar para que se desenvolvessem sozinhas no mundo, para que ajudassem aos que precisassem, e, mais ainda, para que procurassem pela liberdade que lhes foi negada desde os ancestrais. De fazenda em fazenda, de Caxangá a Água Negra, havia vivido uma vida cativa. Queria vê-las livres, senhoras do próprio destino (p.238).

Trecho 18 - Havia profundidade nos olhares, nas preces, nos **encantados**, índios, negros, brancos, santos católicos, caboclos das matas, chegando um após outro, e preenchendo o vazio dos campos da caatinga: sem deus, sem remédio, sem justiça, sem terra. Se esqueceram da **encantada**, seu nome talvez não seja mais lembrado, e a **encantada** vai se esquecendo de quem é, muito se aproxima a sua hora (p.259).

Fonte: Vieira Junior (2019, grifo nosso). Elaborado pela autora (2022).

Foram muitos trechos, porque as práticas religiosas estavam presentes durante toda a história. Como já dito, o **jarê** é uma prática religiosa de matriz africana presente exclusivamente na região da Chapada Diamantina. Durante a história mostra como os moradores que viviam na fazenda, estavam sempre em contato com essas práticas e com os encantados. De acordo com Vieira Junior (2017, p.107), “os encantados ou caboclos são espíritos ou forças dotados de existência própria e vida. Podem ser santos católicos, orixás do candomblé, caboclos da umbanda, personagens míticos da região da Chapada Diamantina”.

As práticas religiosas e os elementos que se relacionam com elas, fazem parte da rotina dos moradores. De acordo com Saquet (2009), essas relações diárias são chamadas de territorialidade, sendo resultado/determinante do processo de cada território e isso constrói a identidade de quem vive essas atividades. A exemplo disso, temos os elementos materiais e imateriais citados no trecho 4 do quadro 6, como os

objetos, as rezas e os rituais, que são parte da identidade e territorialidade das pessoas que praticam o jarê.

De exemplos de práticas culturais, temos os atabaques nas festas (Trecho 2 do Quadro 6) e os rituais que muitas pessoas vinham de longe para participar e comemorar por causa das dadas que recebiam dos encantados (Trecho 3 do Quadro 6). Essas práticas, como a religiosidade desenvolvidos por homens e mulheres negros, caracterizam o espaço simbólico do território negro. Nas cerimônias afro-religiosas a musicalidade é muito importante, como as danças, os cânticos, os ritmos.

Cada toque efetivado, cada ritmo, estará dedicado a uma divindade, ou a um momento preciso no culto, determinando assim a dança, os gestos e os movimentos empregados. Os membros dessas religiões compreendem os códigos musicais, identificando, por exemplo, que Orixá está sendo chamado e louvado através do som que está sendo entoado (ARAÚJO; DUPRET, 2012, p.55).

Os atabaques são um instrumento de percussão musical africano e são “os responsáveis por trazer o Orixá à terra, até à cabeça do iniciado a ele dedicado” (ARAÚJO; DUPRET, 2012, p.55).

Figura 6 - Tocadores de atabaques: Exposição As cores do Sagrado pelo pintor Carybé



Fonte: Costa (2019)

Todas essas práticas constituíram a territorialidade dos moradores de Água Negra, porém com o tempo e a morte do curador de jarê, Zeca Chapéu Grande, essas

tradições vão se perdendo e dando lugar para outras religiões (Trecho 15 do quadro 6). Dessa forma, a chegada de pastores evangélicos à fazenda foi incentivada pelos próprios donos, também sendo uma forma de dominação, já que o jarê estava enfraquecido com a morte de Zeca Chapéu Grande (Trecho 16 do quadro 6). Para a Encantada, que narra a terceira parte da história, a visita da proprietária junto ao pastor com intuito de converter as pessoas “era parte da tormenta que sofriam há tempos para constrangê-los, até não sobrar mais nada” (VIEIRA JÚNIOR, 2019, p. 229). Esse enfraquecimento das tradições, afetam a identidade da comunidade e sua territorialidade, porque as práticas começam a não fazer mais parte da rotina desses moradores. A narração da encantada, Santa Rita Pescadeira, é justamente mostrando essas mudanças, que as tradições vão sendo esquecidas e, em decorrência disso, a encantada também.

6.4 QUILOMBOLAS

Na última categoria de análise *quilombolas*, a unidade de registro era preta, pretos, negros, quilombo e quilombolas. Foram identificados onze (11) trechos que contemplam essa categoria.

Quadro 7 - Trechos de Torto Arado da categoria Quilombolas

Trecho 1 - Foi o primeiro lugar em que vi mais gente branca que **preta**. E vi como as pessoas nos olhavam com curiosidade, mas sem se aproximar (p. 19).

Trecho 2 - Meu pai havia nascido quase trinta anos após declararem os **negros** escravos livres, mas ainda cativo dos descendentes dos senhores de seus avós. Minha avó, Donana, tinha dado à luz o filho José Alcino em meio a uma plantação de cana na Fazenda Caxangá. Ele nasceu no meio de um charco, porque não haviam permitido que sua mãe deixasse de trabalhar naquele dia. Meu pai veio ao mundo cercado das mulheres que, assim como minha avó, cortavam apressadas a cana sob a vigilância dos capatazes da fazenda (p.164).

Trecho 3 - Depois o povo fica se perguntando, conversando entre si, e vão se recuperando as histórias da família antes da chegada. Eu tentava me concentrar, para aprender sobre o que Severo contava. Que chegou um branco colonizador e recebeu a dádiva do reino. Chegou outro homem branco com nome e sobrenome e foram dividindo tudo entre eles. Os índios foram sendo afastados, mortos, ou obrigados a trabalhar para esses donos da terra. Depois chegaram os **negros**, de muito longe, para trabalhar no lugar dos índios. Nosso povo, que não sabia o caminho de volta para sua terra, foi ficando. Quando as fazendas foram deixando de produzir porque os donos já estavam velhos e os filhos já não se interessavam pelo trabalho de roça, porque ganhavam muito mais dinheiro como doutores na cidade, e nos procuravam cercando terras pelas extremidades da fazenda, dizíamos que éramos índios. Porque sabíamos que, mesmo que não fosse respeitada, havia lei que proibia tirar terra de índio. E também porque eles se misturaram conosco, indo e voltando de seu canto, perdidos de suas aldeias (p. 177).

Trecho 4 - Os mais jovens começavam a se considerar mais donos da terra do que qualquer um daqueles que tinham seus nomes transcritos no documento, que tinha sua cópia disputada e negociada pelos gerentes de forma desvantajosa para eles. Meu irmão insistiu no assunto, apesar de evitar falar

na frente de nosso pai. Vivia com Severo para cima e para baixo, entre um trabalho e outro, para ganhar a atenção dos moradores. “Não podemos mais viver assim. Temos direito à terra. Somos **quilombolas**.” Era um desejo de liberdade que crescia e ocupava quase tudo o que fazíamos (p.187).

Trecho 5 - Nesse campo desigual, Severo levantou sua voz contra as determinações com que não concordávamos. Virou um desafeto declarado do fazendeiro. Fez discursos sobre os direitos que tínhamos. Que nossos antepassados migraram para as terras de Água Negra porque só restou aquela peregrinação permanente a muitos **negros** depois da abolição (p.197).

Trecho 6 - Meu povo seguiu rumando de um canto para outro, procurando trabalho. Buscando terra e morada. Um lugar onde pudesse plantar e colher. Onde tivesse uma tapera para chamar de casa. Os donos já não podiam ter mais escravos, por causa da lei, mas precisavam deles. Então, foi assim que passaram a chamar os escravos de trabalhadores e moradores. Não poderiam arriscar, fingindo que nada mudou, porque os homens da lei poderiam criar caso. Passaram a lembrar para seus trabalhadores como eram bons, porque davam abrigo aos **pretos** sem casa, que andavam de terra em terra procurando onde morar. Como eram bons, porque não havia mais chicote para castigar o povo. Como eram bons, por permitirem que plantassem seu próprio arroz e feijão, o quiabo e a abóbora (p. 204).

Trecho 7- Há bastante tempo, muito antes da morte de Zeca Chapéu Grande, Severo e outros trabalhadores traziam informações sobre as permissões negadas aos moradores da fazenda. Muitos nunca estiveram conformados com os interditos, mas durante muito tempo foi necessário permanecer quieto e submisso para garantir a sobrevivência. Agora falam em direito dos **pretos**, dos descendentes de escravos que viveram errantes de um lugar para outro. Falam muito sobre isso. Que agora tem lei. Tem formas de garantir a terra. De não viverem à mercê de dono, correndo daqui pra acolá, como no passado (p. 212).

Trecho 8 - Quando deram a liberdade aos **negros**, nosso abandono continuou. O povo vagou de terra em terra pedindo abrigo, passando fome, se sujeitando a trabalhar por nada. Se sujeitando a trabalhar por morada. A mesma escravidão de antes fantasiada de liberdade. Mas que liberdade? (p.220).

Trecho 9 - Encontrei Miúda ainda muito nova. Fui me acostumando a me movimentar dentro das camadas de saias que vestia quando foi amadurecendo mulher. Miúda e o povo daqui não diziam que eram **pretos**. **Pretos** não eram bem-vistos, tinham que deixar a terra. Então dizia que era índia. Os outros diziam que eram índios. Índio não deixava a terra. Índio era tolerado, ninguém gostava, mas as leis protegiam, era o que pensavam (p. 223).

Trecho 10 - Você retornou para a escola, mas algo se rompeu definitivamente em seu interior. As crianças parecem descontroladas diante da sua apatia. Nem de longe lembra a professora que ensinava sobre a história do povo negro, que ensinava matemática, ciências e fazia as crianças se orgulharem de serem **quilombolas**. Que contava e recontava a história de Água Negra e de antes, muito antes, dos garimpos, das lavouras de cana, dos castigos, dos sequestros de suas aldeias natais, da travessia pelo oceano de um continente para outro. As crianças ficavam atentas, não sabiam que havia uma história tão antiga atrás daquelas vidas esquecidas. Uma história triste, mas bonita. E passavam a entender por que ainda sofriam com preconceito no posto de saúde, no mercado ou nos cartórios da cidade. Onde lhes apontavam, dizendo: “olha o povo do mato” ou “negrinhos da roça”. Compreendiam por que tudo aquilo não havia terminado. Você incutiu naquelas vidas um respeito grande por suas próprias histórias. Mas agora nem você conseguia mais se iluminar com a esperança de que a mudança fosse possível, muito menos acreditava que algo do que aprenderam pudesse fazer diferença para serenar a revolta que lhe incendiava (p.243).

Trecho 11- Se prepararam para a guerra, como os coronéis fizeram no passado pelo controle dos garimpos. A diferença é que agora o conflito era pelo direito de morar. Mas a decisão da Justiça parecia demorar a sair, e no meio da espera o homem apareceu morto. A suspeita de imediato recaiu sobre os moradores. Muitos foram conduzidos à delegacia. Até mesmo Bibiana foi levada, junto com o filho. Lá se recordou da morte do marido, que ainda não havia completado um ano. Questionaram sobre o papel dela na desordem que relatavam na fazenda. Disse que era professora, casada por muitos anos com um militante. Disse que era **quilombola**. Escutou que ninguém nunca havia falado sobre **quilombo**

naquela região. “Mas a nossa história de sofrimento e luta diz que nós somos **quilombolas**”, respondeu, tranquila, diante do escrivão e do delegado (p.256).

Fonte: Vieira Junior (2019, grifo nosso). Elaborado pela autora (2022).

A comunidade de Água Negra é um território quilombola em área rural, entretanto isso vai se revelando/construindo aos poucos no decorrer da história, a partir das memórias desse povo e dos seus antepassados. Em uma das primeiras páginas do livro, quando Bibiana e Belonísia vão para o hospital, sendo a primeira vez que elas saem da fazenda Água Negra, Bibiana já observa: “Foi o primeiro lugar em que vi mais gente branca que preta. E vi como as pessoas nos olhavam com curiosidade, mas sem se aproximar” (VIEIRA JUNIOR, p. 19). A partir disso, enquanto o enredo se desenrola, há várias passagens mostrando esse território negro.

A ancestralidade é um ponto central nessa comunidade, visto que oralmente eles vão passando de geração a geração suas tradições e histórias e o legado da escravidão está muito presente no que eles contam. A encantada conta a trajetória do povo dela pós-abolição da escravatura, em 1888, nos trechos 6 e 8 do quadro 7. Conforme Bandeira (1991), após a abolição da escravatura não houve proteção jurídica para assegurar condições diretas de plena cidadania para essas pessoas. Portanto, na área rural “o negro se tornou "camarada" de sítios e fazendas, vivendo em situação servil (BANDEIRA, 1991, p.18). Essa situação é retratada com o povo de Água Negra que, mesmo após anos do fim da escravidão, continuavam vivendo um regime de servidão, já que, como afirma Leite (2008, p. 966), ocorreu a “abolição do trabalho escravo, porém, não alterou substancialmente as práticas de expropriação e controle da terra, e com elas a situação dos grupos negros”.

Além disso, em algumas passagens eles se identificam como indígenas como forma de autopreservação (Trechos 3 e 9 do quadro 7). Esses trechos se passam antes da constituição de 1988, porém as questões indígenas já tinham alguns direitos garantidos na constituição de 1934, 1937, 1946 e 1967, pois, conforme afirma Leite (2008, p. 970) “Ao contrário da questão indígena, note-se que não houve anteriormente qualquer jurisprudência que reconhecesse os negros como fazendo parte do País. Um silêncio de um século é então rompido em 1988”. Por isso, apesar dos indígenas também serem perseguidos e vítimas de preconceito, violência e perda de suas terras, ainda assim tinham alguns direitos, que os negros não tinham.

A partir da constituição de 1988, os quilombolas tiveram seus direitos reconhecidos e no trecho “Não podemos mais viver assim. Temos direito à terra.

Somos quilombolas” (VIEIRA JUNIOR, 2019, p.187), é a primeira vez que alguém da comunidade se autodeclara quilombola, a partir de então essas mudanças constitucionais foram sendo mostradas implicitamente durante a reta final da história.

Outro aspecto é que, como afirma Fiabani (2008), muitas das comunidades não se consideravam quilombolas porque não tinham se originado de escravos fugidos ou nem tinham conhecimento sobre quilombola. Esse fato aconteceu em Torto Arado e o trecho 12 do quadro 7, mostra como a partir da lei e das informações trazidas, principalmente, por Severo que participava ativamente da militância rural e negra, essa comunidade vai tomando consciência de seus direitos. Os moradores vão se identificando como quilombola e criando esse sentimento de pertencimento a uma identidade étnica. Bibiana também ensina para os alunos sobre a história negra e sobre ser quilombola (Trecho 10 do quadro 7). Conforme Woodward (2000), a relação da territorialidade está associada a uma ideia de pertencimento e de identidade. Dessa forma, é fundamental ter consciência da sua história, da sua ancestralidade, visto que a “redescoberta do passado é parte do processo de construção de identidade, uma vez que é por meio dos antecedentes históricos que as identidades também se estabelecem” (WOODWARD, 2000, p. 12), e cabe completar que essa identidade é fonte de territorialidade. E no final da história, quando Salomão foi assassinado e os moradores da comunidade foram para delegacia, Bibiana afirmou que a história de sofrimento e luta do povo de Água Negra confirmava que eles eram quilombolas (Trecho 11 do quadro 7).

A história termina com os funcionários de órgãos públicos indo ouvir os moradores num processo de reintegração de posse, de modo que os leitores não ficam sabendo o que aconteceu com essa comunidade, se a vida deles ficou da mesma maneira ou se houve a titulação do quilombo. Por causa disso, foi feito um quadro (Quadro 8) comparando o que foi visto no livro com o artigo 2º do decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescente das comunidades dos quilombos.

Quadro 8 - Comparação Artigo 2º do Decreto nº 4.887/2003 e Torto Arado

LEI	TORTO ARADO
Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste	É possível ver em diversos trechos a trajetória dos personagens que desde os seus antepassados

<p>Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.</p>	<p>estão sofrendo com o legado da escravidão e que oralmente eles vão passando a ancestralidade negra. “Queria ensinar para que se desenvolvessem sozinhas no mundo, para que ajudassem aos que precisassem, e, mais ainda, para que procurassem pela liberdade que lhes foi negada desde os ancestrais. De fazenda em fazenda, de Caxangá a Água Negra, havia vivido uma vida cativa. Queria vê-las livres, senhoras do próprio destino” (VIEIRA JUNIOR, 2019, p.238).</p>
<p>§ 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.</p>	<p>Os moradores de Água Negra se autodeclaram quilombolas: “a nossa história de sofrimento e luta diz que nós somos quilombolas” (VIEIRA JUNIOR, 2019, p.256).</p>
<p>§ 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.</p>	<p>Foi possível ver como a terra é importante para a comunidade Água Negra. É nela que eles constroem sua morada, que eles convivem com suas famílias e amigos, que eles trabalham e se alimentam e que eles reproduzem suas práticas religiosas, como o jarê. “Queremos ser donos de nosso próprio trabalho, queremos decidir sobre o que plantar e colher além de nossos quintais. Queremos cuidar da terra onde nascemos, da terra que cresceu com o trabalho de nossas famílias” (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 187).</p>
<p>§ 3º Para a medição e demarcação das terras, serão levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental.</p>	<p>A terra é coletivamente apropriada, eles trabalham em comunidade e têm relações fortes de parentesco, normalmente vivendo perto de suas famílias. “Aonde quer que fôssemos, encontrávamos um parente, nunca estávamos sós. Quando não éramos parentes, nos fazíamos parentes. Foi a nossa valência poder se adaptar, poder construir essa irmandade, mesmo sendo alvos da vigilância dos que queriam nos enfraquecer” (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 178).</p>

Fonte: Elaborado pela autora a partir do decreto nº 4.887/2003 e por trechos de Vieira Junior (2019).

Torto Arado é uma história onde é possível identificar inúmeras passagens que se relacionam com o artigo 2º do decreto nº 4.887/2003. Dessa maneira, se espera que, na história ficcional, os moradores de Água Negra tenham seus direitos efetivados. O direito ao território dos povos remanescentes de quilombos é fundamental, já que

Sem o território não há como se falar em desenvolvimento, crescimento, proteção ao aspecto cultural destes povos e, acima de tudo, em respeito a uma vida digna. Sem o território se dissolve a referência do grupo, se dispersam e se dissipam todas as memórias lá construídas (SANTOS, 2017, p. 39).

A partir do que foi apresentado é possível ver o conceito de território em várias perspectivas e que Torto Arado é um romance territorial. Apesar disso, a palavra

território não foi encontrada nenhuma vez no livro, então no decorrer dessa história foi possível traçar os paralelos com o que acontecia e a fundamentação teórica, mesmo sem estar explícito essa conceituação.

Além disso, é a terra que permeia toda essa história. Um dos trechos do livro que mais define essa relação dos personagens com a terra é: “No meu peito mora Água Negra, não no documento da fazenda da senhora e de seu marido. Vocês podem até me arrancar dela como uma erva ruim, mas nunca irão arrancar a **terra** de mim” (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 230) (grifo nosso).

É da terra que vem o barro para construção das casas, é da terra que vem seu alimento, é na terra que eles trabalham, é na terra que são enterrados seus corpos e é na terra que eles vivem e se relacionam. É pela terra que ocorrem os conflitos. Por isso a dificuldade de incluir uma categoria com essa unidade de registro **terra**, já que ela é a base de tudo, sendo o ciclo da vida e da morte.

Seria o caso de resgatar Ratzel, quando associa terra, solo e território? O mais correto é entender que é na terra que se ancora a identidade, uma terra que acolhe mortos, encantados, memórias e é essencial para a realização dos projetos que podem superar séculos de exploração e exclusão.

7 CONCLUSÃO

Ao longo do trabalho foi possível analisar as relações entre Geografia e literatura para explorar o conceito de território no livro *Torto Arado* (2019) de Itamar Vieira Junior. Dessa forma, conforme apresentado ao longo da monografia, é possível reforçar a importância do assunto abordado, visto que ele pode impactar na discussão teórica de território, além de trazer a Análise de Conteúdo como uma ferramenta para analisar trechos literários e colaborar com a discussão de *Torto Arado*, visto que ele é um fenômeno brasileiro.

Durante o desenvolvimento da pesquisa foi possível alcançar os objetivos, permitindo apresentar dados e informações que contribuem de forma significativa para o campo de estudo de Geografia e literatura. Conforme o observado na pesquisa, o autor Itamar Vieira Junior, a partir da sua vivência com a comunidade quilombola de Luna, conseguiu realizar um romance que aborda um Brasil até então invisibilizado, usando elementos materiais e simbólicos para a construção de sua narrativa. Foi possível analisar como o território é abordado no livro, a partir das casas, do cemitério, da religião e da identidade quilombola, e acima de tudo, como sonho e como projeto relacionado com lutas políticas em diferentes escalas (o gerente, o dono da terra, a polícia local, a Constituição Federal de 1988). Colocado na formação da literatura brasileira, *Torto Arado* não é um romance histórico, pois traz noções de tempo flutuantes, falando a partir do presente; tampouco é um romance regionalista, pois apesar de ter inspirações de romances regionalistas, o livro traz questões que vão além dessa escala. Na medida em que se narra a luta pela terra a partir da identidade e valorização de marcas no território, pode-se considerar que *Torto Arado* é um romance territorial.

Os conteúdos aqui apresentados demonstram que muitas outras pesquisas ainda podem ser realizadas sobre Geografia Literária e sobre *Torto Arado*, devido à importância do tema e inúmeras contribuições para o meio acadêmico, com a finalidade de que, no futuro, a pesquisa possa estudar outros autores que façam essa transposição entre a literatura e a ciência.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Liliane Pereira de; TÁRREGA, Maria Cristina Vidotte Blanco. O acesso à terra: a Lei de Terras “1850” como obstáculo ao direito territorial quilombola. **Emblemas**, v. 16, n. 1, p. 10-13, 2019.
- ALVES, Paulo César; RABELO, Míriam Cristina. O jarê-religião e terapia no candomblé de caboclo. **Anais do Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**, 2009.
- ANTONIO FILHO, Fadel D. O Pensamento Geográfico e Euclides da Cunha: resgatar é preciso. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v.9, n.18, p.53-56, 1997. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/sociedadnatureza/article/view/61170/31676>. Acesso em: 7 mar. 2022.
- ARAÚJO, Anderson Leon Almeida de; DUPRET, Leila. Entre atabaques, sambas e orixás. **Revista Brasileira de Estudos da Canção**, Natal, v.1, n. 1, p. 52-63, 2012.
- ARAUJO, Regina. Do sertão aos pampas: o território da literatura nacional no século XX. **Terra Brasilis**, Rio de Janeiro, n. 4-5, p. 45-66, 2003.
- ASSIS, Tatiane de. **As histórias curiosas por trás das capas de livros como Torto Arado**. Publicado por Veja São Paulo, 2021. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cultura-lazer/capa-de-livro/>. Acesso em: 11 abr. 2022.
- BANDEIRA, Maria de Lourdes. Terras Negras: Invisibilidade Expropriadora. In: LEITE, Ilka Boaventura (org). **Textos e Debates**: núcleo de estudos sobre identidade e relações interétnicas. Florianópolis: UFSC/NUER, 1991. p. 7-24.
- BARCELLOS, Frederico Roza. Espaço, lugar e literatura--o olhar geográfico machadiano sobre a cidade do rio de janeiro. **Espaço e Cultura**, n. 25, p. 41-52, 2009. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/3562/2482>. Acesso em: 6 mar. 2022.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 31 mar. de 2022.
- BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Estabelece os procedimentos administrativos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação da propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombolas. Brasília, DF: Centro Gráfico, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 1 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850.** Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Sellada na Chancellaria do Império em 20 de setembro de 1850. Secretaria d'Estado dos Negócios do Império, 1850. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm. Acesso em: 1 abr. 2022.

CAMPOS, Andreilino. **Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CÂNDIDO, Paula Vitória Sousa da Costa; COSTA, Elisa Andrade. Tradição e amor à terra: Símbolo de Resistência na Obra “Torto Arado” de Itamar Vieira Júnior. **Episteme Transversalis**, v. 12, n. 3, p. 98-114, 2021. Disponível em: <http://revista.ugb.edu.br/ojs302/index.php/episteme/article/view/2432>. Acesso em: 11 abr. 2022.

CARREIRA, Shirley de Souza Gomes. Inscrições do real em torto arado, de itamar vieira junior. **Revista e-escrita**, v. 12, n. 1, p. 184-198, 2021. Disponível em: <https://revista.uniabeu.edu.br/index.php/RE/article/view/4241/pdf>. Acesso em: 11 abr. 2022.

CARVALHO, Sheila Regina Alves. Diálogos entre geografia e literatura: a cidade do rio de janeiro através da crônica machadiana. **Geofronter**, v.4, n.5, 2019.

CELESTINO, Maria Clara Leadebal. A mímesis como mediadora entre geografia e literatura em torto arado de Itamar Vieira Junior. In: XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, n. 17, 2021, Campina Grande. **Anais**

do XIV ENANPEGE. Campina Grande: Editora Realize, 2021. p. 1-17. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/77795>. Acesso em: 04 abr. 2022.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. **Observatório Terras Quilombolas,** 2021. Disponível em: <https://cpisp.org.br/>. Acesso em: 1 abr. 2022.

CORRÊA, Roberto L. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, M; SOUZA, Maria Adélia de; SILVEIRA, Maria Laura (orgs). **Território: globalização e fragmentação.** 4ªed. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994. p.251-256.

COSTA FILHO, José Willames Pereira da. **Proposta tradutória de expressões regionais que refletem fenômenos sociais, em torto arado, de Itamar Vieira Junior.** 2021. 53 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em Língua Espanhola, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/20508/1/JWPCF26072021.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2022.

COSTA, Rosemary Fraga. A memória do culto pelos olhos de Carybé. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento.** v. 05, p. 93-105, 2019.

DORFMAN, Adriana. " Pequenas pontes submersas": interpretações geográficas e antropológicas de literaturas de contrabando. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 3, n. 1, p. 93-114, 2008.

FERNANDES, Felipe Moura. Uma imagem da produção em Geografia e Literatura no Brasil. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 31, p. 377-404, 2020.

FERNANDES, Joyce. O legado traumático da escravidão em Torto Arado. **Revista Entrelaces, Fortaleza**, v. 11, n. 23, p. 229-248, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/58674/1/2021_art_jfernandes.pdf. Acesso em: 11 abr. 2022.

FIABANI, Adelmir. **Os novos Quilombos: luta pela terra e afirmação étnica no Brasil (1988-2008)**. São Leopoldo: Unisinos, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 29, n.1, p. 11-24, 2003.

HAESBAERT, Rogério. O território e a nova des-territorialização do Estado. In: DIAS, Leila Christina; FERRARI, Maristela (Org.). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: Insular, 2013. p. 19-37.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, Niterói, v. 9, n. 17, p. 7-26, 2007.

HAESBAERT, Rogério. Território, poesia e identidade. **Espaço e cultura**, Rio de Janeiro, n.3, p.20-32, 1997.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempo de globalização. **Etc, espaço, tempo e crítica**, v. 1, n. 2(4), p. 39-52, 15 ago. 2007.

IBGE (Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística). **Atlas das representações literárias de regiões brasileiras**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

LAGANÁ, Liliانا. Imagem e memória no espaço do retorno: viagem à Sicília com Elio Vittorini. In: RODRIGUES, Adyr B. (Org.) **Turismo, Modernidade, Globalização**. São Paulo: Hucitec, 1997. p.155-160.

LEITE, Ilka Boaventura. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 965-97, 2008.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, Lisboa, v. 4, n. 2, p. 333-354, 2000.

LEITE, Ilka Boaventura. Territórios de negros em área rural e urbana: algumas questões. In: LEITE, Ilka Boaventura (org). **Textos e Debates: núcleo de estudos sobre identidade e relações interétnicas**. Florianópolis: UFSC/NUER, 1991. p. 39-46.

LIMA, Solange T. Geografia e literatura: alguns pontos sobre a percepção da paisagem. **Geosul**, Florianópolis, v. 15, n.30, p. 07-33, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/14190>. Acesso em: 7 mar. 2022.

MARANDOLA JUNIOR, Eduardo. Geograficidades vigentes pela literatura. In: SILVA, Maria Auxiliadora da; SILVA, Harlan Rodrigo Ferreira da (Org.). **Geografia, literatura e arte: reflexões**. Salvador: EDUFBA, 2010. P. 21-32.

MARANDOLA JUNIOR, Eduardo. Narrativas calvinianas: da descrição do explorador ao percurso do andarilho. **RUA**, v. 12, n. 1, p. 45-58, 2006.

MARANDOLA JUNIOR, Eduardo; CHAVEIRO, Eguimar Felício; GRATÃO, Lúcia Helena Batista. Geografia e Literatura: diálogos e desafios contemporâneos. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 31, p. 136-141, 2020.

MARANDOLA JUNIOR, Eduardo; OLIVEIRA, Livia de. Geograficidade e espacialidade na literatura. **Geografia**, Rio Claro, v. 34, n. 3, p. 487-508, 2009.

MARANDOLA, Janaina de Alencar Mota e Silva. **Caminhos de morte e de vida: o rio Severino de João Cabral de Melo Neto**. 2007. 133 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/95656>. Acesso em: 11 abr. 2022.

MARINHO, Samarone Carvalho. **Um homem, um lugar: geografia da vida e perspectiva ontológica**. 2010. 335 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-12082010-135817/publico/2010_SamaroneCarvalhoMarinho.pdf. Acesso em: 11 abr. 2022.

MARROZZINI, Giovanni. **Nouvelle Semence Camerun, 2010**, 2010. Disponível em: <http://www.marrozzini.com/photo-portfolio/nouvelle-semence/>. Acesso em: 11 abr. 2022.

MATTOS, Ricardo. O processo de criação de Torto Arado: o agente público, o cientista e o escritor. **Rotura – Revista de Comunicação, Cultura e Artes**, n. 2, p. 49-57, 2021.

MCMILLAN, James H.; SCHUMACHER, Sally. **Investigación educativa: una introducción conceptual**. Madrid: Pearson, 2005.

MELLO, Marcelo Cordeiro de. Diálogo interliterário e escrita metaliterária em torto arado: luta política no ciclo da terra. **Scripta Uniandrade**, v. 19, n. 1, p. 63-75, 2021. Disponível em: <https://revista.uniandrade.br/index.php/ScriptaUniandrade/article/view/2063>. Acesso em: 11 abr. 2022.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **O mapa e a trama: ensaios sobre o conteúdo geográfico em criações romanescas**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

NAVARRO, Eliziane; PAULA, Marcelo Ferraz de. Cobrir e mostrar a cara: a recuperação do romance histórico no século XXI em *Torto arado*, de Itamar Vieira Júnior e *Formas de voltar para casa*, de Alejandro Zambra. **Literatura e Autoritarismo**, n. 36, p. 5-20, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/LA/article/view/63294>. Acesso em: 11 abr. 2022.

NOVA, Daniel Vila. **A desigualdade, seja do passado ou do presente, passa pela terra**. Publicado por Revista Gama, 2021. Disponível em: <https://gamarevista.uol.com.br/formato/conversas/a-desigualdade-seja-do-passado-ou-do-presente-passa-pela-terra/>. Acesso em: 11 abr. 2022.

OLANDA, Diva Aparecida Machado. A geografia e a literatura: uma reflexão. **Geosul**, v. 23, n. 46, p. 7-32, 2008.

OLANDA, Diva Aparecida Machado; DE ALMEIDA, Maria Geralda. Uma visão geográfica em “O fiel e a pedra” de Osman Lins. **Sociedade & Natureza**, v. 19, n. 1, p. 143-156, 2007.

OLIVEIRA, Joana. “Tudo em ‘Torto Arado’ é presente no mundo rural do Brasil. Há pessoas em condições análogas à escravidão”. Publicado por El País, 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/cultura/2020-12-02/tudo-em-torto-arado-ainda-e-presente-no-mundo-rural-brasileiro-ha-pessoas-em-condicoes-analogas-a-escravidao.html>. Acesso em: 11 abr. 2022.

QUADROS, Dênis Oura de. A construção das protagonistas afro-brasileiras em *torto arado* (2019), de Itamar Vieira Júnior. **Linguagens - Revista de Letras, Artes e Comunicação**, v. 15, n. 2, p. 004-018, 2021. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/linguagens/article/view/10001>. Acesso em: 11 abr. 2022.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RESENDE, Joelma de Araújo Silva; OLIVEIRA, Maria Helena de; COSTA, Margareth Torres de Alencar. A resistência da mulher negra em *torto arado* de Itamar Vvieira Jr. **Revista de Literatura, História e Memória**, v. 17, n. 30, p. 24-36, 2021. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/rlhm/article/view/27995>. Acesso em: 11 abr. 2022.

SACK, Robert David. O significado de territorialidade. In: DIAS, Leila Christina; FERRARI, Maristela (Org.). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: Insular, 2013. p. 63-89.

SANTOS, Patrícia Farias dos. **A (não) efetividade dos direitos territoriais: um olhar para as comunidades quilombolas**. 2017. 198 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2017. Disponível em:

<http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/8145/0000011851.pdf?sequence=1>. Acesso em: 11 abr. 2022.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos Aurelio; BRISKIEVICZ, Michelle. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 31, p. 3-16, 2009.

SEEMANN, Jörn. Geografia, geograficidade e a poética do espaço: Patativa do Assaré e as paisagens da região do Cariri (Ceará). **Ateliê geográfico**, v. 1, n. 1, p. 50-73, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/atelie/article/view/2714>. Acesso em: 7 mar. 2022.

SindPFA. **Diálogos Agrários com Itamar Vieira Junior tem recorde de público**. 2021 Disponível em: <https://sindpfa.org.br/noticia/dialogos-agrarios-com-itamar-vieira-junior-tem-recorde-de-publico/#:~:text=%C3%89%20Analista%20em%20Reforma%20e,Jabuti%202020%20e%20Oceanos%202020>. Acesso em: 11 abr. 2022.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORREA, Roberto Lobato (orgs). **Geografia: conceitos e temas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 77-116.

SOUZA, Marquessuel Dantas de. Geografia, literatura e música: o simbolismo geográfico na arte. **Revista de geografia (UFPE)** v. 30, n. 1, p.116-118, 2013.

SUESS, Rodrigo Capelle. Geografia Humanista e a Geografia Cultural: encontros e desencontros! a insurgência de um novo horizonte?. **Revista de Geografia da UEG, Porangatu**, v. 6, n. 2, p. 94-115, 2017.

SUESS, Rodrigo Capelle; BEZERRA, Rafael Gonçalves. O espaço do cerrado contado por meio de versos, estrofes e rimas: uma leitura realizada por meio da perspectiva do lugar. **Geo UERJ**, n. 26, p. 329-350, 2015.

SUZUKI, Júlio C. O espaço da narrativa: uma leitura do conto "Preciosidade". **Revista do Departamento de Geografia**, v.19, p.54-67, 2006.

SUZUKI, Júlio César. Geografia e Literatura: uma leitura da cidade na obra poética de Paulo Leminski. **Revista da Anpege**, n. 2, p.115-142, 2005.

SUZUKI, Júlio César. Geografia, Literatura e arte: sensibilidades geoarteliterárias. **Revista Geografia, Literatura e Arte**, v. 1, n. 1, p. 1-4, 2018.

TODAVIA. **PNLD literário 2012: boas histórias para seus alunos**. 2021. Disponível em: <https://todavialivros.com.br/pnld2021/tortoarado>. Acesso em: 11 abr. 2022.

TRECCANNI, Girolamo Domenico. **Terras de quilombo**: caminhos e entraves do processo de titulação. Belém, 2006. Disponível em: <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Girolamo.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2022.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Torto Arado**. São Paulo: Todavia, 2019.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Trabalhar é tá na luta**: Vida, morada e movimento entre o povo da luna, Chapada Diamantina. 2017. 300 f. Tese (Doutorado) – Curso de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

VIEIRA, Daniele Machado. **Territórios negros em Porto Alegre/RS (1800 – 1970)**: geografia histórica da presença negra no espaço urbano. 2017. 189 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/177570/001065835.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 4 abr. 2022.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.